

A CLASSE OPERÁRIA



Povo na rua contra FHC

As mobilizações de 21 de abril em Ouro Preto, e de 30 de abril e 1º de Maio em todo o país, expressaram o descontentamento popular com a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que arrocha salários, gera desemprego e entrega o país ao grande capital internacional.

Em São Paulo, a Comissão Política do Comitê Central do PCdoB avaliou a situação do país e aprovou resolução conclamando à realização de intensa campanha de denúncia contra as reformas políticas antidemocráticas pretendidas pelo governo FHC.

Páginas 3 e 6

EDITORIAL

Barrar a reforma política antidemocrática

O Brasil precisa de uma reforma política que impeça os abusos do poder econômico, da mídia, da máquina estatal; que fortaleça os partidos e aumente as responsabilidades dos parlamentares e chefes de Executivo com seus eleitores. Uma reforma política que fortaleça a democracia.

Não são esses os objetivos da "reforma política" pretendida pelo por FHC e pelos partidos governistas. As intenções do governo, expressas até agora, e os projetos apresentados por senadores governistas, abordando a cláusula de barreira, voto distrital, a proibição de coligações partidárias, fidelidade partidária, financiamento público, etc. visam reintroduzir na legislação pontos básicos do "entulho autoritário" dela extirpados no fim do regime militar. Atendem à necessidade da política neoliberal de impedir a livre manifestação popular, de cercear a ação dos trabalhadores e do povo em defesa de seus interesses – o neoliberalismo é incompatível com o exercício da democracia.

As constituições impostas pela ditadura militar ao Brasil, em 1967 e em 1969, estabeleciam a cláusula de barreira para (impedir) o funcionamento de partidos políticos no país. A Constituição da redemocratização, de 1988, liquidou com essa cláusula. A "cláusula de barreira" é filha legítima da ditadura. Trama-se, agora, seu retorno.

O sistema distrital vigorou no Brasil por 77 anos. Foi extinto pela Revolução de 30 e voltou pelo tacho da ditadura militar, através da Emenda Constitucional número 22, de junho de 1982. A Câmara, em maio de 1985, liquidou-o. A proibição de coligações também foi intro-

duzida no Brasil pela ditadura militar. Foi expurgada como "entulho autoritário" na Constituição de 1988.

A fidelidade partidária, nos moldes pretendidos pelo governo FHC, também tem sua inspiração na Constituição de 1969, da ditadura militar. No parágrafo único do inciso VII do artigo 152, a lei ditatorial determinava: "perderá o mandato" quem "deixar o partido sob cuja legenda foi eleito" ou "se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária". Foi banida em 1988, como "entulho".

Não é por acaso que a chamada "reforma política" dos governistas é exatamente a volta do "entulho autoritário" oriundo da ditadura militar. Ela expressa a continuidade da disputa entre o pensamento político autoritário, de um lado, e as forças democráticas, de outro, que se desenvolve em nosso país.

No momento, o governo FHC abandonou o relatório do senador Sérgio Machado, que propunha 11 pontos para impor a reforma política ditatorial no país. Optou por um outro tipo de ação – a apresentação de projetos de lei, no Senado, cerceando a democracia. Este é o espírito dos projetos já apresentados pelos senadores Sérgio Machado (PSDB/CE), Jorge Bornhausen (PFL/SC) e José Agripino (PFL/RN), e que estão sendo analisados pela Comissão de Constituição e Justiça, para rapidamente irem a votação.

É fundamental que as forças democráticas desmascarem o fundo ditatorial do projeto de reforma política defendido pelas elites. Que se ampliem os debates e as mobilizações. É a democracia que está em jogo!



Dia do Trabalhador em São Paulo: ato de massas contra o governo FHC

Dívida externa no banco dos réus

O movimento popular e democrático promoveu o Tribunal da Dívida Externa, no Rio de Janeiro. "A dívida externa é um roubo. Às vezes não temos opção, salvo aceitar o roubo porque alguém encosta uma arma em nossa cabeça. Mas também existe a alternativa de conscientizar a população dos países que controlam essa arma." Essas palavras, do intelectual norte-americano Noam Chomsky, escutadas em depoimento gravado, arrancaram aplausos da platéia que lotava, dia 27 de abril, o plenário do Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, durante a abertura da primeira sessão do Tribunal. Participaram 1.632 inscritos, integrando delegações de trabalhadores rurais,

partidos políticos, entidades sindicais e religiosas de 21 Estados.

O corpo de sete jurados, composto por representantes da sociedade, em sessão solene, presidida pela juíza Sallette Maccalós e pelo ex-procurador geral da República, Aristides Junqueira, condenou a dívida por unanimidade e aprovou o veredicto final.

Luis Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, além de outras personalidades presentes no ato de encerramento, comprometeram-se publicamente com a suspensão do pagamento da dívida externa e moratória da dívida interna. "Esta sentença deve ser levada e aprovada em todas as instâncias que nós participamos", afirmou Lula.

Página 8

O Brasil perde Dias Gomes

O escritor Alfredo Freitas Dias Gomes, de 77 anos, morreu, na madrugada de 18 de maio, num acidente de carro em São Paulo. Dias Gomes nasceu em Salvador, Bahia, no dia 19 de outubro de 1922. Uma de suas frases preferidas era: "quem não veio ao mundo para incomodar não devia ter vindo ao mundo". Sua obra refletia aspectos fundamentais da realidade brasileira, com marcante caráter progressista. Em sua autobiografia, *Dias Gomes, apenas um*

subversivo, afirmou: "Fui sendo muito mutilado ao longo da vida. Estreei como dramaturgo aos 19 anos censurado pelo Governo Vargas e levei a carreira com coerência".

Afirmava-se socialista, e disse, também: "Há um mau humor com o teatro político, mas quem é apolítico e se cala está fazendo política do lado opressor. Quem vê um brutamontes batendo numa criança e não faz nada, toma partido do brutamontes."



Clinton é
CDM
Hitler!
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Guerra contra a Iugoslávia tem caráter fascista. Página 9

PCdoB

Acerca dos acontecimentos de Betim

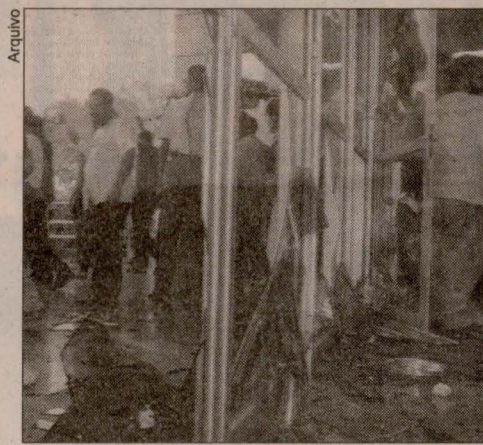
A população mineira foi tomada de um sentimento de comoção diante da notícia de que um conflito entre a Polícia Militar e sem-casas de Betim havia levado à morte de dois trabalhadores. As razões do impacto decorrem de que a sociedade não admite mais, em nenhuma circunstância, o uso da força e da violência em conflitos sociais. Ao mesmo tempo, surpreendeu a todos a forma militarizada, estranha ao momento, com que as lideranças do movimento conduziram a luta.

É mais do que previsível a intensificação do desespero que assola famílias atingidas pela perversa política econômica do governo federal. Milhares são expulsos de suas casas porque o desemprego não permite o pagamento de aluguéis. Sem mais alternativas, buscam na organização e na luta a conquista de algum espaço onde possam dormir com seus filhos. Por isso crescem, em todas as cidades, movimentos em defesa da moradia que têm de ser apoiados pelas forças democráticas.

É ilusório, no entanto, considerar que a solução se encontra nos limites dos municípios. O tamanho que já assumiu o déficit habitacional exige iniciativas conjuntas da União, Estados e municípios para que se arranque essas famílias do abandono em que se encontram. E o governo federal, preocupado apenas em atender o sistema financeiro internacional, não investe à altura nesse setor.

Cabe às prefeituras democráticas e populares, que têm políticas nesse campo, no caso específico a Prefeitura de Betim, compreender o quanto elas são limitadas diante das necessidades. Cabe também compreender que novas demandas vão surgir, algumas transformadas em legítimos movimentos de ocupação, e que é preciso conviver com elas sem que a resposta seja o uso da força e da violência. Mesmo conduzidas por lideranças inseqüentes, as famílias estão ali movidas pelo desespero da situação.

Todos os que participam dessa luta,



Vidros quebrados na prefeitura

em especial as forças que têm tradição na mobilização popular, devem estar atentos à presença de grupos inseqüentes e de oportunistas de direita que buscam usar a justa insatisfação popular para interesses estranhos à conquista de vitórias. No caso de Betim, a ausência nas negociações de pessoas que integram as famílias que verdadeiramente não têm casa e o uso de máscaras no rosto demonstram o autoritarismo, a artificialidade e a inseqüência na direção do movimento. Nas lutas dos sem-casas o povo não tem se escondido, até mesmo porque seus rostos sofridos são a prova maior da legitimidade de suas reivindicações. As características predominantemente militares usadas na ocupação não correspondem ao nível de nossas lutas urbanas, criando uma artificialidade que leva o movimento ao isolamento social. Em seqüência, tornando mais difícil suas conquistas.

Diante do agravamento das tensões sociais é necessário que se eleve a organização e a consciência popular para evitar a manipulação por forças estranhas (no caso de Betim, também por vereadores de partidos de direita). Ao mesmo tempo, é preciso o compromisso de que, em nenhuma circunstância, a força e a violência poderão ser usadas onde houver famílias em desespero.

Belo Horizonte, 29 de abril de 1999
Comitê Estadual do PCdoB/MG

Câmara comemora recorde mundial da Petrobrás

A Câmara realizou, dia 6 de maio, sessão solene em homenagem à Petrobrás, requerida pela deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ). A homenagem foi pelo recorde mundial alcançado em janeiro último, na extração de petróleo em águas profundas - 1.853 metros, no campo do Roncador (RJ). Estiveram presentes na sessão o representante do presidente da empresa, Nilo Barroso, o diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Fernando Siqueira, e o coordenador da Federação Única dos Petroleiros, Maurício Rubens França.

Jandira afirmou que o objetivo da homenagem foi sensibilizar não só a so-

cidade e seus representantes na Câmara, "mas também aqueles que, ao arripio da posição majoritária do país, insistem em não respeitar o que a Petrobrás pode trazer e já trouxe para o Brasil". Ela lembrou que a Petrobrás lidera a produção em águas profundas desde a década de 70. A Petrobrás está no 15º lugar entre as 50 maiores empresas de petróleo do mundo, produzindo por dia 1 milhão e 200 mil barris de petróleo. "A empresa é altamente lucrativa e mesmo assim nunca perdeu sua função social. Nunca faltou abastecimento em qualquer lugar do país", destacou a deputada comunista.

Dragão do Mar, herói do abolicionismo

No dia 15 de abril o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), homenageou os 160 anos de nascimento do herói abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, o "Dragão do Mar", com um pronunciamento na Câmara, onde destacou que ele, "ao lado de José do Patrocínio, Castro Alves e outras inolvidáveis figuras que referenciam o heroísmo de nosso povo, foi o maior dos anti-escravagistas cearenses".

Francisco José do Nascimento foi um jangadeiro, filho de escravos. Já em sua infância encontrou, na década de 40 do século passado, um ambiente de efervescência abolicionista.

Ele foi registrado na historiografia pelo jornalista carioca Edmar Morel no livro "Dragão do Mar, O Jangadeiro da Abolição" e "Venda da Liberdade", uma edição melhorada da mesma obra.

Nascido no município cearense de Aracati, viveu na conhecida praia de Canoa Quebrada. Perdera o avô numa jornada de rotina sobre uma jangada no Atlântico e o pai, Francisco José do Nascimento, nos seringais da Amazônia. Fora criado por sua mãe, Matilde Maria da Conceição. Iniciou sua vida como garoto de recados no veleiro "Tubarão" e depois desenvolveu sua experiência numa embarcação comercial que trafegava entre o Ceará e o Maranhão.

"Um fato despertou particular indignação em nosso Dragão do Mar: o enforcamento dos escravos que se rebelaram em motim na embarcação 'Laura Segunda'" conta o deputado Inácio. O massacre dos amotinados ocorreu na orla marítima de Fortaleza, somando-se às atrocidades perpetradas com intensa regularidade contra os negros, muitos dos quais sobreviviam como jangadeiros.

Dragão do Mar trabalhou na Capitania dos Portos. Na dramática seca de 1877, que expulsou milhares de escravos para o Sul do País, contribuiu na ajuda às suas vítimas. Quando conheceu João Cordeiro, um republicano abolicionista, o Ceará tinha uma população de aproximadamente 30 mil escravos. Uma parcela deste contingente foi alforriada em 1880 pela Sociedade Cearense Libertadora. Dragão do Mar liderava a fuga dos escravos ao lado de Antônio Bezerra de Menezes, Joaquim Teles Marrocos, Isaac Amaral, Xavier de Castro, e de sua esposa, Joaquina Francisca do Nascimento.

Ameaçado, Francisco resistiu. O movimento abolicionista ganhara fôlego renovado em 26 de maio de 1881, com a instalação do I Congresso Abolicionista no Brasil, em Maranguape - região serrana próxima de Fortaleza. O revolucio-



nário Dragão do Mar participou do fechamento do porto de Fortaleza, impedindo o embarque de escravos. Com sua jangada em permanente atividade, comunicava o rompimento do tráfico negreiro no Ceará às embarcações que trafegavam pelo porto do Mucuripe. Comandou os jangadeiros cearenses em velas enfunadas na recepção a José do Patrocínio, em 1882. Estava também na linha de frente da sessão da Assembléia que formalizou a libertação dos escravos em Fortaleza, no dia 24 de maio de 1883. No ano seguinte, no dia 25 de março de 1884, liderava a libertação de todos os escravos da Província.

Dragão do Mar seguiu ainda rumo à corte imperial. O herói cearense recebeu uma medalha de honra da Sociedade Abolicionista. Em 1890, tornou-se Major Ajudante de Ordens do Secretário Geral do Comando Superior da Guarda Nacional do Estado do Ceará, por determinação do Imperador.

Em 1904, Dragão do Mar revoltou-se contra o "sorteio" (apenas de negros) para a prestação de serviços militares. Em 1909, liderou uma greve dos trabalhadores de embarcações. Exigiu justiça para um morto e mais de 90 feridos em protesto realizado diante do Palácio da Luz.

No dia 6 de março de 1914, Francisco José do Nascimento faleceu. "Mas seu exemplo nos faz reviver a História. E nos leva a passear por reflexões acerca do Brasil de hoje, no qual dezenas de milhões de brasileiros, negros e brancos e de todos os matizes, revivem a escravidão e a miséria que Dragão do Mar combateu em sua jangada. E nos conduzem à meditação acerca do que deve ser feito para a ruptura com esse estado de coisas que leva o nome moderno de ordem neoliberal. E, certamente, nos aponta o caminho da resistência incansável, sem tréguas, e por meios cada vez mais avançados. E nos fazem honrosamente aclamar, no dia de hoje: Viva Dragão do Mar!", finalizou o deputado comunista cearense. Inácio Arruda apresentou projeto de lei instituindo o ano de 1999 como Ano Dragão do Mar e como data nacional o dia 15 de abril de cada ano.

Raimundo Nonato morre em acidente de automóvel

MAURO PANZERA

Raimundo Nonato de Oliveira, presidente do PCdoB de Marabá, morreu num acidente rodoviário no dia 2 de maio. Junto com Nonato estavam mais três pessoas, todas pertencentes a uma mesma família, que também vieram a falecer.

Raimundo Nonato de Oliveira era membro do Comitê Estadual do PCdoB e presidente municipal do Partido desde 1992. Militou no movimento estudantil, participando de diversas atividades no país e em todo o Estado, principalmente na região do Sul do Pará. Foi presidente da União dos Estudantes de Marabá no período mais intenso de atuação desta entidade. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Marabá. Foi candidato a vereador na cidade.

Acompanhava o trabalho partidário em diversas cidades próximas.

A cidade de Marabá recebeu Raimundo Nonato em estado de comoção. Centenas de pessoas acompanharam o funeral, prestando uma última homenagem ao militante comunista em ato público em frente ao cemitério. Além de diversas autoridades, os vereadores da cidade e de localidades vizinhas, estiveram presentes os membros do Comitê Estadual Socorro Gomes, Neuton Miranda e Érico Albuquerque, entre outros. O Partido Comunista do Brasil no Pará presta também sua homenagem a Raimundo Nonato de Oliveira deixando esboço de um livro de Documentação e Memória do partido como companheiro de lutas, como militante do movimento estudantil, como sindicalista, dirigente comunista, um verdadeiro camarada.

ERRAMOS: A edição 173 d'A Classe publicou foto de aniversário do PCdoB realizado no Rio Grande do Norte como sendo do Rio de Janeiro.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813-SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça.

Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. **Administração:** Francyroze de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>

E-mail: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

Comunistas propõem mobilização popular em defesa da democracia

Aumenta a ofensiva bélica dos Estados Unidos, buscando o domínio absoluto do mundo, e no Brasil a situação de crise agrava-se, exigindo uma compreensão maior por parte dos setores populares e a mobilização em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores. Esta foi a conclusão da avaliação de conjuntura feita pelo presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, na 9ª reunião, ampliada, da Comissão Política do Comitê Central, realizada dia 14 de maio em São Paulo.

João Amazonas destacou a gravidade dos ataques da

OTAN, capitaneada pelos Estados Unidos, na Iugoslávia.

Agressão imperialista

“Estão bombardeando um país soberano, e as bombas já caíram na embaixada da China e também no território da Bulgária. O movimento pela paz tenta reagir, mas até o momento os EUA não têm dado importância - ativou suas bases militares na Turquia e Hungria e conseguiu autorização para sobrevoar a Bulgária e a Romênia. A agressão aos iugoslavos não é um fato isolado, mas diz

respeito a todo o mundo. Os EUA apelam para a força das armas - trata-se de uma clara ofensiva fascista, o imperialismo passa das ameaças e pressões políticas para a ação militar aberta.” O dirigente comunista abordou também o agravamento da situação política na Rússia, onde não está descartada a possibilidade de um golpe de Estado.

A Comissão Política aprovou a realização de atos denunciando o caráter imperialista da guerra contra a Iugoslávia e a participação ativa dos comunistas em manifestações amplas pela paz (veja, nesta página, as resoluções da reunião, e artigo sobre a guerra na Iugoslávia na página 10).

Agravamento da crise

No Brasil, ao contrário do que propagam o governo e a grande imprensa, está ocorrendo o agravamento da crise: o desemprego continua crescendo, a situação dos Estados está cada vez mais difícil, a arrecadação cai e o déficit e os compromissos com as dívidas interna e externa aumentam. “O país está mais pobre, mais endividado e mais dependente. Novas manifestações, violentas, da cri-

se virão. Prepara-se a dolarização do país, abrindo mão do controle financeiro em favor dos Estados Unidos; o Mercosul está falindo”, afirmou João Amazonas.

O presidente do PCdoB avaliou que “a base governista está seriamente abalada. Os escândalos se sucedem e é difícil desvincular a imagem do governo das denúncias que se multiplicam. Fernando Henrique tenta, por todos os meios, dificultar o exame das falcaturas - inclusive impedir o depoimento do ministro Malan na CPI dos Bancos. Por que? Porque está comprometido! Ao mesmo tempo, o governo investe contra a democracia e os direitos do povo.”

Intensificam-se as manobras de bastidores visando a sucessão de Fernando Henrique. “Os lançamentos das candidaturas de Antônio Carlos Magalhães, pelo PFL, e de Mário Covas, pelo PSDB, visam impor a perspectiva de 2002, a idéia de que FHC completaria seu mandato. Mas nem isto é certo. A resistência popular está aumentando. As manifestações de 21 de abril, em Ouro Preto (MG), e de 30 de abril e 1º de Maio, pelo Dia do Trabalhador, com protestos enérgicos contra

o desemprego nas capitais e principais cidades; a realização do Tribunal a Dívida Externa, no Rio de Janeiro; as passeatas que ocorrem em todo o país, são ações oposicionistas inequívocas. O Fórum Nacional por Terra, Trabalho e Cidadania ganha força, começa a adquirir personalidade própria - é fundamental reforçá-lo. As massas na rua poderão, em última instância, modificar em profundidade o quadro político do país”, afirmou Amazonas.

Alternativa nacional

Os comunistas reafirmaram a necessidade da oposição se apresentar como força política nacional, que galvanize a insatisfação do povo com o governo. “A reação, a direita, se articula, e a oposição, a esquerda, precisa superar suas diferenças e estabelecer um projeto político e plano de ação comuns, que aponte um novo rumo para o país”, finalizou o presidente do PCdoB.

A Comissão Política avaliou, ainda, o projeto de reforma política do governo, e a necessidade de desenvolver uma campanha nacional para desmascarar seus objetivos antidemocráticos (veja o Editorial).

Resoluções da 9ª Reunião da Comissão Política do PCdoB

Mobilizar todo o Partido para a realização, nos Estados, de atos contra a reforma política, juntamente com outras entidades democráticas e populares. Desmascarar a ofensiva antidemocrática, que significa a volta do entulho autoritário na legislação eleitoral e partidária brasileira. As direções estaduais do Partido devem procurar, imediatamente, os deputados e

senadores para discutir e denunciar esta reforma política.

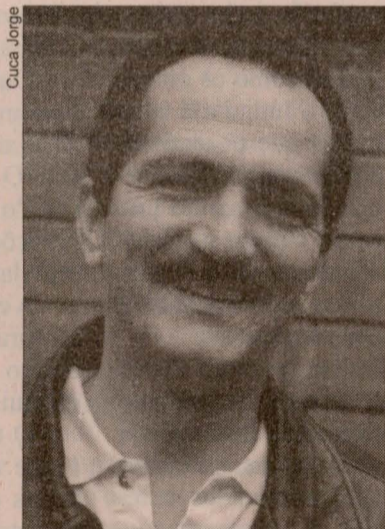
Mobilizar o Partido, principalmente nas capitais dos Estados, para a realização de atos de denúncia sobre o caráter imperialista da guerra contra a Iugoslávia. Trata-se de guerra patrocinada pelo imperialismo americano, que utiliza armas modernas contra a população civil, numa agressão covarde, de feições nazistas.

Militar é diferente

ALDO REBELO*

Na barulhenta campanha de difamação dos servidores públicos, os militares têm sido uma vítima freqüente e silenciosa. A última investida ataca a forma diferenciada como eles contribuem para a Previdência e são recompensados pela sociedade. Mais que um erro de julgamento, é uma ingratidão. A Previdência é apenas o instrumento final do reconhecimento público ao trabalho peculiar dos integrantes das Forças Armadas, baseado na dedicação integral e exclusiva e na renúncia a direitos usufruídos pelos demais servidores e trabalhadores da iniciativa privada.

Quem critica a seguridade diferenciada dos agentes da defesa nacional ignora que desde antes da Independência eles financiam suas pensões. Segundo um estudo do Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha, se tal contribuição fosse capitalizada, pagaria com sobras os custos dos pensionistas da Armada. Além dos aspectos históricos, é imperioso considerar as características especiais da atividade. A primeira diferença é que militar só pode ser militar. Eles estão proibidos de



Aldo: “distorções históricas”

acumular ocupações, ao contrário dos demais servidores. Sargento não pode abrir bar, nem tenente pode vender pastel na feira para completar os vencimentos que ficaram congelados durante quatro anos. Todo o patrimônio material e cultural que reúnem ao longo da vida provém do soldo e das gratificações.

Para limpar de vez o debate, algumas distorções históricas serão corrigidas. Recentemente, os chefes militares tomaram a iniciativa de adaptar as regras particulares aos novos princípios gerais da Previdência Social. De acordo com a proposta, fi-

lhos solteiros só receberão pensão até os 21 anos. Todos, inclusive os reformados, os inativos, os pensionistas e os recrutados, contribuirão para a Previdência. A universalização elevará o número de contribuintes de 353.723 para 598.235. O desconto será de 6%, além do percentual de 3% que repassam para o seu fundo de saúde. A contribuição total para a Previdência subirá de R\$ 429 milhões para R\$ 960 milhões por ano.

Não é pouco para quem renuncia a numerosos direitos. Ao ingressar na carreira, o militar abdica a cidadania plena e as prerrogativas dos demais brasileiros. Não pode acumular um segundo emprego, não pode filiar-se a partido político e deve afastar-se se for eleito para qualquer cargo (os recrutados nem podem se alistar para votar). Militar não tem jornada de 44 horas semanais, não ganha hora extra, não tem FGTS, não recebe adicional noturno, não pode recorrer à Justiça do Trabalho, não pode recusar mudança súbita de cidade, não pode enjeitar missões. Em 30 anos, a jornada regular de um civil é de 56.760 horas, enquanto a da caserna soma 83.800 horas. Um militar que vai para a reserva após 30

anos de serviço na verdade trabalhou 44 anos.

Toda esta trajetória é cumprida sem direito à sindicalização ou à greve. Também lhe é negado um dos mais antigos instrumentos jurídicos de proteção

contra abusos de autoridade, o habeas-corpus. Se a sociedade tanto exige desses servidores, para que melhor desempenhem seu papel constitucional, é justo que recebam uma contrapartida.

Deputado federal PCdoB/SP



Olívio Dutra recebe o PCdoB

O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), recebeu no Palácio Piratini a visita de uma delegação do PCdoB, no dia 29 de abril. A delegação era integrada pelo vice-presidente nacional do Partido, Renato Rebelo, pelo presidente do PCdoB/RS, Antônio Carlos

son, e pela deputada Jussara Cony.

Os comunistas expuseram ao governador gaúcho a política do Partido, e enfatizaram a necessidade de se buscar a mais ampla aliança oposicionista para enfrentar a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

A CPI e a crise do Judiciário

ALDO ARANTES*

A CPI do Judiciário vai trazendo à luz fatos de suma gravidade que envolvem juizes e membros do judiciário. No dia 11 de maio, depondo perante a CPI, o advogado Marco Antônio Colagrossi denunciou o juiz Luís Beethoven, ex-titular das Varas Cível e da Infância e a Adolescência de Jundiaí, de autorizar adoções de crianças sem o consentimento dos pais. Duas mães que depuseram acusaram o juiz de tirar o pátrio poder delas à força e autorizar ilegalmente a adoção dos filhos por estrangeiros. Seriam 204 o número de adoções ilegais autorizadas para casais da Itália e Alemanha.

A instalação da CPI do Judiciário foi objeto de intensas polêmicas. Entidades de juristas questionaram sua constitucionalidade. O presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, chegou a afirmar que a CPI "presta um grande desserviço à sociedade", e que "se as pessoas não confiarem no Judiciário, poderá haver agitação social".

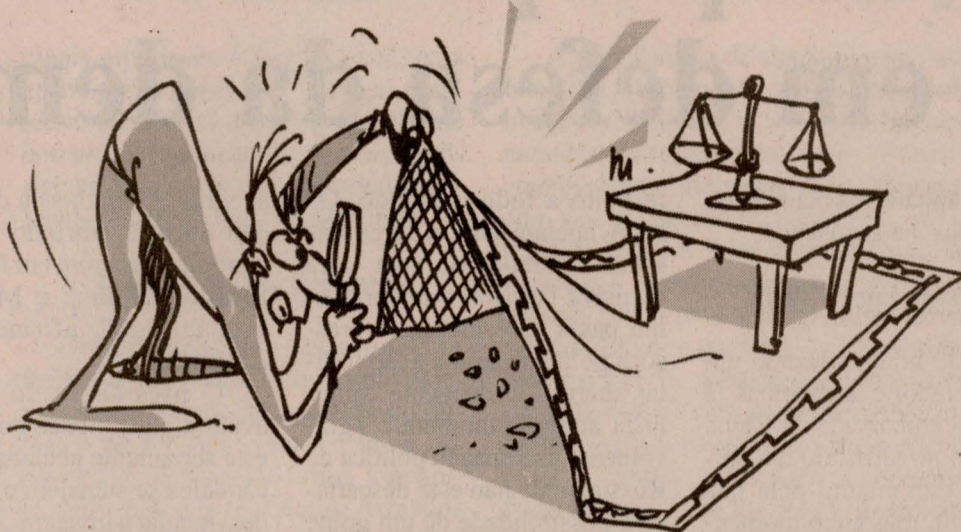
Objetivos da CPI

Contrariando este ponto de vista o atual Presidente do STF, Celso de Melo, afirmou que "não há nenhum comportamento do Legislativo que possa ser considerado ofensivo ao princípio da separação dos poderes da República".

A verdade é que o Judiciário é o mais fechado dos poderes da República. A sociedade não tem mecanismos efetivos de controle de sua atuação. O corporativismo existente termina por cercear bastante a eficácia dos mecanismos de controle interno deste poder. O argumento do presidente eleito do STF quanto à confiança no Judiciário não pode nem deve ser razão para deixar de investigar denúncias que surjam. O ministro Celso de Melo afirmou que "os magistrados devem se expor democraticamente à crítica social. Nenhum poder da República está acima da Constituição, nem pode pretender que sua fisionomia institucional não possa ser redesenhada".

Esta CPI foi uma iniciativa do senador Antônio Carlos Magalhães. Ela tinha dois objetivos essenciais. O primeiro era desviar a atenção da discussão das grandes questões nacionais decorrentes da crise econômica em que o país se viu imerso. Visava retirar o holofote da discussão das responsabilidades do governo em relação à crise e da discussão sobre o acordo firmado com o FMI. Por outro lado a iniciativa visava pressionar o Judiciário, principalmente a Justiça Trabalhista, diante das ameaças de que esta viesse a adotar a indexação salarial em decorrência da retomada da inflação. O senador Antônio Carlos se manifestou dizendo que "se o TST decidir (pela indexação salarial), prejudicando o governo, ele dá uma demonstração de que é inútil mesmo e que tem que acabar". O senador baiano afirmou que o presidente Fernando Henrique o estimulou a criar a CPI do Judiciário.

Quando surgiu a iniciativa do presidente do PMDB, senador Jader Barbalho, da criação da CPI dos Bancos, o presidente do Senado procurou impedir sua instalação. Este conjunto de razões é que levou as oposições a terem uma atitude de reserva no momento inicial da CPI do Judiciário. Tanto assim que os senadores do Bloco de Oposição não assinaram a convocação.



Passados estes primeiros momentos e assegurada a instalação da CPI mais importante, a CPI dos Bancos, a oposição não só indicou seus membros mas participa ativamente dos trabalhos da CPI do Judiciário.

O requerimento da criação da CPI do Judiciário colocou como fatos determinados a serem apurados os seguintes:

- licitação e contratação de obras e serviços sem observância das normas legais, tais como a construção do edifício sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo;
- emprego irregular de recursos públicos, a exemplo do ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba;
- nepotismo e nomeações irregulares, como ocorrido nos Tribunais Regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão;
- corrupção passiva e concussão praticadas por magistrados, a exemplo do ocorrido na Justiça Estadual de São Paulo;
- casos de vultosas indenizações calculadas com intuito de lesar o erário público.

A Comissão é composta da 11 membros sendo 4 do PMDB; 3 do PFL; 2 do PSDB e 2 do Bloco da Oposição.

Desvio de verbas

Um dos casos de maior repercussão está relacionado com o desvio de verbas na construção do prédio da Justiça do Trabalho de São Paulo, envolvendo o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho Nicolau dos Santos Neto. As denúncias indicam que já foram gastos na construção do referido edifício, ainda não terminado, a quantia de 263 milhões de reais e que os gastos efetivamente comprovados não passariam de 70 milhões.

Para prestar depoimento sobre este assunto foi convocado Marco Aurélio Gil de Oliveira, ex-genro do acusado. Em seu depoimento ele falou do crescimento vertiginoso da fortuna do ex-sogro após o início das obras do edifício da Justiça do Trabalho. Falou da compra de um apartamento em Miami, de dólares depositados nas Ilhas Cayman, da compra de uma mansão em Guarujá, de carros de luxo. Perguntado sobre estas questões o juiz respondeu que ficaria calado, conforme lhe assegura a Constituição.

O depoimento de Ethel Santiago de Brito Pereira, membro do Ministério Público Federal, fez graves denúncias sobre irregularidade ocorridas no Tribunal do Trabalho da Paraíba. O depoente falou do nepotismo neste Tribunal destacando que somente um juiz tinha 60 parentes nomeados e que havia 500 funcionários nomeados sem concurso. Ele afirmou que "comecei a ser incomodado com telefonemas, cartas anônimas com ameaças inclusive de morte, se continuasse a mexer nessa

situação: admissão sem concurso". Ele denunciou, também, superfaturamento na compra sem concorrência pública, de um terreno para o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba que teria sido comprado por 710 mil reais, sendo que o vendedor apenas recebeu 210. Os 500 mil teriam sido distribuídos entre juizes do TRT da Paraíba.

Também surgiram denúncias de venda de alvarás de soltura para traficantes concedidos pelo Desembargador Daniel Ferreira da Silva, do Amazonas. O advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior declarou que o desembargador "assina os alvarás de soltura para os traficantes, sempre tendo como advogada atuando no feito a Sra. Maria José Menescal".

Outro caso grave foi o relacionado com o Banco da Amazônia. Ele foi condenado a pagar a uma empresa madeireira 81 bilhões de reais, mais de duas ou três vezes a moeda em circulação no país. O projeto de incentivos fiscais da madeireira foi cancelado pela SUDAM. A sentença judicial teve por objetivo ressarcir prejuízos causados pelo BASA como síndico da massa falida. Segundo a presidente do BASA, Flora Valadares Coelho, a Sudam cancelou o projeto em decorrência da má aplicação dos recursos e dos problemas enfrentados pela empresa SABIM.

A CPI deve ir a fundo na investigação e encaminhar ao Ministério Público suas conclusões. Assim como os outros poderes da República, o Judiciário também tem suas mazelas que necessitam ser enfrentadas. Isto não significa pretender combater o Judiciário como instituição. Assim como o Congresso o Judiciário é essencial à democracia. Trata-se de democratizá-lo, modernizá-lo e combater os juizes corruptos.

Tais problemas ao lado de outros como a morosidade da Justiça, o acúmulo de processos, o excesso de formalismo, o número excessivo de recursos e outros problemas devem ser enfrentados na reforma do Judiciário.

Porém a questão central de uma Reforma deste poder diz respeito à relação do Judiciário com a sociedade. Trata-se do poder mais distante do conjunto da sociedade. Não há um controle social sobre seus atos. E isto, evidentemente, facilita que ocorram fatos como os denunciados.

Controle externo

A origem do poder está no povo. Com todas as limitações de nossa organização política os poderes executivo e legislativo têm origem no povo. O controle social sobre tais poderes se dá através das eleições. É sabido que este controle é deslocado pelo poder do dinheiro e da mídia. Mesmo com estas limitações, há algum tipo de controle da sociedade. Já o Judiciário não só não se origina no voto po-

pular como não existem mecanismos de controle social sobre suas atividades.

Uma das questões centrais da reforma do Judiciário é o controle externo. Quando se fala aqui em controle externo não se fala no controle jurisdicional. Há, por parte da maioria dos juizes uma resistência muito grande a esta proposição. Porém existem inúmeros juizes favoráveis, inclusive o atual presidente do STF, a Ordem dos Advogados do Brasil e inúmeras outras entidades.

O PCdoB é favorável ao controle externo e apresentou uma emenda Constitucional neste sentido. A proposta do Partido é da criação de um Conselho Nacional de Justiça composto de, no mínimo, 21 Conselheiros dentre brasileiros de notável saber jurídico, eleitos em sufrágio direto e secreto e aprovados pelo Congresso Nacional. O Conselho deverá se compor de um terço de magistrados, um terço dentre advogados e um terço de membros do Ministério Público.

Outra questão que vem à tona com força é o volume de processos na Justiça, uma das causas da morosidade do Judiciário. Para resolver este problema muitos têm defendido a adoção da Súmula Vinculante, já aprovada no Senado Federal e que encontra-se na Câmara Federal. A adoção de tal medida implica em que uma decisão tomada por um Tribunal Superior, ao se transformar numa Súmula, impede que os juizes das instâncias inferiores decidam diferentemente sobre a questão, podendo mesmo serem processados por crime de responsabilidade. Com isto os juizes ficam limitados no seu poder de julgar.

O argumento para tal medida está no fato de que há um número excessivo de processos em torno de questões já decididas. Para resolver este problema a OAB e a AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) propõem outra solução, a adoção da Súmula impeditiva de recursos por decisão reiterada de 4/5 dos integrantes da corte.

Outras medidas devem ser tomadas para impedir recursos protelatórios que agravam a questão da morosidade da Justiça. O futuro presidente do STF afirma que "o poder público e as grandes corporações são os campeões dos recursos protelatórios".

A extinção da Justiça do Trabalho ou a retirada de seu poder normativo está dentro da linha neoliberal de restringir conquistas dos trabalhadores.

O ministro Sepúlveda Pertence defende a adoção do impeachment para juizes dos tribunais superiores e o fim da autonomia financeira dos tribunais.

Há proposta de redefinição das atribuições do STF e da ampliação do STJ com a simplificação e unificação da estrutura do Judiciário.

Outras medidas deverão ser tomadas em relação ao excessivo formalismo da Justiça, com a simplificação do processo judicial.

A lógica das reformas neoliberais do governo é a restrição da democracia. É submeter, cada vez mais, toda estrutura do país aos interesses do grande capital. As reformas que queremos são reformas democráticas. No caso do Judiciário uma reforma que democratize e modernize, tornando uma instituição menos interessada no povo e menos dependente do Poder Executivo.

*Advogado e membro do Comitê Central do PCdoB

NACIONAL

Paz na crise, por enquanto

LUIZ CARLOS ANTERO

Sem a intervenção da sociedade, a CPI dos Bancos se manteve como uma peça do jogo de poder entre os partidos da base governista. O empenho de Fernando Henrique é o de adiar a crise institucional, mas seu desgaste aumenta na sociedade e a CPI funciona como combustível.

A polêmica acerca da convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, encontrou solução negociada. Malan, que tenta passar a absurda idéia de que não foi informado da bilionária ajuda aos bancos Marka e FonteCindam, somente seria convocado no final da CPI ou caso os fatos evoluíssem rumo a um panorama mais grave, acertaram ACM (PFL) e Jader Barbalho (PMDB).

As convenções do PFL e PSDB, em Brasília, ocorreram em clima de adiamento da disputa presidencial, mas com a aclamação dos nomes de ACM e do governador paulista Mário Covas. Este, do PSDB, disparou em duas direções: 1) na defesa intransigente e truculenta de FH; 2) na conclamação do PSB e PPS para compor o secretariado de seu governo em São Paulo. O PMDB, por seu

lado, exigiu, e arrancou de FH, mais cargos nos diversos escalões do governo.

Confraria de negociatas

Cauteloso, ACM apostou na CPI do Judiciário como instrumento de visibilidade pessoal e de seu partido, o PFL. Com isso, permaneceu em evidência, revirando as mazelas de um poder viciado e com muitas irregularidades, evitando tocar em questões essenciais da crise atual, preservando o Executivo e reforçando sua posição, de olho numa futura saída parlamentarista (veja artigo sobre a CPI do Judiciário na página 4).

A inauguração da CPI dos Bancos, no dia 15 de abril já serviu aos propósitos de barganha por cargos do grupo que tomou de assalto a direção do PMDB rio ano passado para evitar a candidatura presidencial de Itamar Franco. Na seqüência do seu projeto de poder, consideraram pequeno o espaço ocupado no governo em relação a PFL e PSDB. O articulador político de FH, Pimenta da Veiga, foi escalado para barrar as pretensões do PMDB e chegou a propor sua exclusão da equipe ministerial, ampliando o furor dos peemedebistas.

Para apascentar os ânimos, além de Barbalho, presidente do PMDB, FH recebeu Renan Calheiros, ministro da Justiça; Eli-seu Padilha, dos Transportes; Ovídio de Angelis, da Secretaria de Políticas Regionais; Michel Temer, presidente da Câmara; o assessor político da Presidência, Moreira Franco; e o líder do partido na Câmara, Geddel Vieira Lima. Nesta reunião, FH pediu armistício ("paz na base") e demonstrou evidente preocupação com a crise institucional em perspectiva: "a estabilidade política é quase ou até mais importante que a estabilidade econômica para que o país possa reagir aos ataques contra o real".

A mentira institucional

Os entendimentos entre os partidos conservadores pretendem fazer com que o descomunal rombo da virada cambial, que resultou num golpe de US\$ 1,5 bilhão (total do prejuízo com o Marka e FonteCindam), num balanço negativo que já ultrapassa os US\$ 7 bilhões para o BC, e em perdas totais de US\$ 102 bilhões para o país, seja reduzido a um episódio isolado pela CPI dos Bancos. O objetivo é retardar a crise institucio-

nal, que pode ser deflagrada por contendas maiores na base governista; pela elevação dos juros nos EUA em consequência de uma inflação maior, provocando juros ainda maiores no Brasil; pelo estouro da bolha financeira que mantém o mercado de títulos norte-americano em alta artificial, entre diversos fatores - alguns imponderáveis.

Mobilização popular

Por isso, está em baixa a pretensão de investigar os fantásticos lucros de 62 instituições financeiras (entre as quais as dez mais beneficiárias de informações privilegiadas) na mudança no câmbio, como denunciou o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP). Após o depoimento do dono do Marka, Salvatore Cacciola - um autêntico "passeio" para o banqueiro -, restou apenas a promessa de que será remetido ao Ministério Público Federal um tímido relatório parcial do senador João Alberto (PMDB-MA), sugerindo abertura de processo contra a antiga equipe do Banco Central, comandada por Francisco Lopes, ao lado do rastreamento das contas dos principais envolvidos no exterior.

Mesmo assim, a sociedade

já conta com um saldo positivo. É muito difícil, hoje, separar o presidente do roteiro da novela e de seus personagens. O ministro Malan não desconhece o que se passa ao seu redor. E muito se passou. É o caso, por exemplo, da revelação de que a carta da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) ao Banco Central, pedindo ajuda para cobrir as posições do Banco Marka, foi solicitada pelo próprio BC, que orientou minuciosamente o conteúdo. Isto caracterizou como falsos os depoimentos de Armínio Fraga (presidente do BC), Claudio Mauch (ex-diretor de Fiscalização) e Alexandre Pundek à CPI.

A próxima etapa da CPI pretende avaliar o comportamento tributário das instituições financeiras, iniciando com depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Esta etapa envolve a denúncia de sonegação de impostos por grandes bancos (City Bank, J.P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia, o Crédit Commercial de France, entre outros) e empresas. A mobilização popular pode aprofundar as investigações acerca dos fatos tidos como superados e dar rumo diferente aos acontecimentos.

Dividir e privatizar Furnas: contra-senso

JANDIRA FEGHALI*

O apagão ocorrido no dia 11 de março mostrou à população o que significa privatizar o setor elétrico. Até hoje, o Operador Nacional do Sistema (ONS), empresa privada, não concluiu se o apagão foi provocado por um raio em Bauri/SP ou se foi um problema técnico. Enquanto isso, os prejuízos ocorridos na indústria, comércio, agricultura e o desconforto de milhões de brasileiros com o incidente ficam por conta da população.

É nesse contexto que o governo federal quer complementar a privatização do setor elétrico. A proposta é dividir Furnas em três empresas: Furnas Geração 1 (FG1), Furnas Geração 2 (FG2) e Furnas Transmissão.

Empresa estragada

A cisão daria origem a FG1, a mais rentável e atrativa ao capital privado e com ampla capacidade de geração de lucro. FG2 ainda tem seus investimentos sendo amortizados. Nesse caso, a privatização teria como consequência imediata a elevação dos custos da energia em quase 100%, recaindo esses valores sobre os consumidores. A terceira seria Furnas Transmissão, a parte menos rentável e atraente do sistema ao capital privado. A aquisição dessa parte exigirá muitos investimentos e a lucratividade será baixa ou

deficitária. Como contrapartida, seus custos seriam elevadíssimos e o consumidor pagaria com a elevação tarifária.

Furnas é uma empresa estratégica para o país. Fornece 88% da energia consumida pelo Rio de Janeiro, 45% de São Paulo, 95% do Distrito Federal, 82% do Espírito Santo, 38% de Goiás e 45% de Minas Gerais. Foi criada pelo governo Juscelino Kubitschek, em 1957, para suprir a necessidade de energia às novas indústrias que se instalavam no centro-sul do país. As empresas concessionárias (privadas) não conseguiam expandir seu parque gerador e acompanhar as taxas de crescimento da economia. Havia o risco de racionamento. Com Furnas, o país ampliou em 33% sua capacidade de geração de energia.

Desempenho destacado

Nos últimos 3 anos, sua capacidade geradora foi ampliada em 22%. É uma empresa rentável e nesse último período tem obtido os melhores desempenhos de sua história. Em 1996, alcançou um lucro líquido de R\$ 335 milhões; em 97 foram R\$ 361 milhões e, em 98, o rendimento subiu para R\$ 453 milhões.

O Rio de Janeiro é um Estado importador de energia, dependente essencialmente de Furnas. A cisão da empresa coloca sob risco o desenvolvimen-



Luta em defesa de Furnas

to e abastecimento do Rio.

A cisão de Furnas não encontra respaldo técnico de estudiosos e especialistas do setor. Oferece um grave risco ao abastecimento de energia na principal região industrial e econômica do país.

Sistema pulverizado

O controle da energia foi privatizado e em poucos tempo ocorreu o apagão. Com a cisão e a privatização, o risco será infinitamente multiplicado. Haverá a pulverização do sistema exatamente quando as novas descobertas tecnológicas apontam em sentido contrário. Uma reunião para debater a questão, promovida pelo Ministério das Minas e Energia, mostrou que há muito o assunto é extremamente polêmico.

Os governadores Anthony Garotinho (RJ) e Itamar Franco (MG) já se colocaram contra a cisão e a privatização, posição

compartilhada pelos secretários de Energia desses Estados, Wagner Viter Granja e Paulino Cícero de Vasconcelos. Parlamentares, técnicos, especialistas e estudiosos do setor também são contra. A população não foi ouvida, mas foi atingida pelo apagão.

Fusões de empresas

A cisão e a privatização representam um contra-senso. Os Estados Unidos da América, que mantêm 95% de suas geradoras nas mãos do Estado, caminham em sentido inverso, verticalizam e centralizam cada vez mais as atividades e o controle. Em todo o mundo, os principais movimentos empresariais na área de energia elétrica e em outros setores apontam para fusões e megafusões de empresas. Essa é a forma de enfrentar a concorrência, gerar competitividade e melhorar os serviços prestados.

O aumento de tarifa para o consumidor também é evidente. Furnas vende energia elétrica pela metade do preço da Light que, privatizada, cobra uma das tarifas mais elevadas do mundo. Outro aspecto é que Furnas tem atuação destacada na área de controle de cheias, irrigação, abastecimento de água potável, navegação, recreação e no desenvolvimento integrado dessas regiões. O leitor poderá imaginar o compromi-

so das empresas com aplicação de capital nessas áreas que não dão lucro.

Geração de renda

O capital privado visa ao lucro fácil e rápido. Normalmente não investe em infraestrutura. Furnas exige que todos os seus projetos sejam feitos por empresas brasileiras, o que favorece a geração de renda, emprego e o desenvolvimento de tecnologia nacional.

Privatizar é entregar nas mãos de empresas privadas o fluxo dos rios, o abastecimento de água, parte do meio ambiente e da natureza. Esses são bens e patrimônios da sociedade.

Outro aspecto é que Furnas é lucrativa, estratégica ao desenvolvimento nacional e ao abastecimento de energia para a indústria, comércio, agricultura e residências de 70 milhões de consumidores. Precisa de novos investimentos, obras emergenciais e reforço de atendimento nos estados para evitar riscos de racionamento ou desabastecimento. A cisão e venda se justificam apenas pela obstinação do governo federal em entregar tudo o que o Fundo Monetário Internacional exige como recurso a ser destinado ao pagamento de juros e serviços das dívidas interna e externa. Dividir e privatizar Furnas é prejudicial ao consumidor e à sociedade.

*Deputada federal PCdoB/RJ

NACIONAL

Comissão prepara a história do PCdoB

JOSÉ CARLOS RUY

“A história escrita corretamente educa o Partido e o povo, e demonstra que não se pode colocar as questões em termos de determinadas personalidades, porque ela é formada por muitas pessoas distintas que compõem um conjunto; e precisamos saber tirar, desse conjunto, suas essências”. Foi com estas palavras que João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, justificou a tarefa atribuída à Comissão Especial para a Redação da História do Partido Comunista do Brasil. Ele participou, juntamente com Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Raul Carrion, Diorge Konrad, Andréa Paula dos Santos, Renée Nogueira e Edvar Bonotto, da reunião da Comissão, realizada no dia 8 de maio, em São Paulo.

Nessa reunião foi definida uma divisão em períodos da história do Partido, com o objetivo de facilitar a pesquisa. Foi acertada também uma divisão de trabalho entre os participantes, sendo debatidas questões de método, uso criterioso de fontes impressas (como biografias, memórias e documentos já publicados em livros) e de fontes documentais ainda inéditas, e a necessidade da tomada de depoimentos orais de personalidades que acompanharam de perto momentos específicos da história do Partido e que podem fornecer subsídios para o esclarecimento de pontos pouco estudados. Nesse sentido, Pedro de Oliveira chamou atenção para a necessidade de criação, na página do Partido na Internet, de um espaço para centralizar informações, agilizando os trabalhos da Comissão.

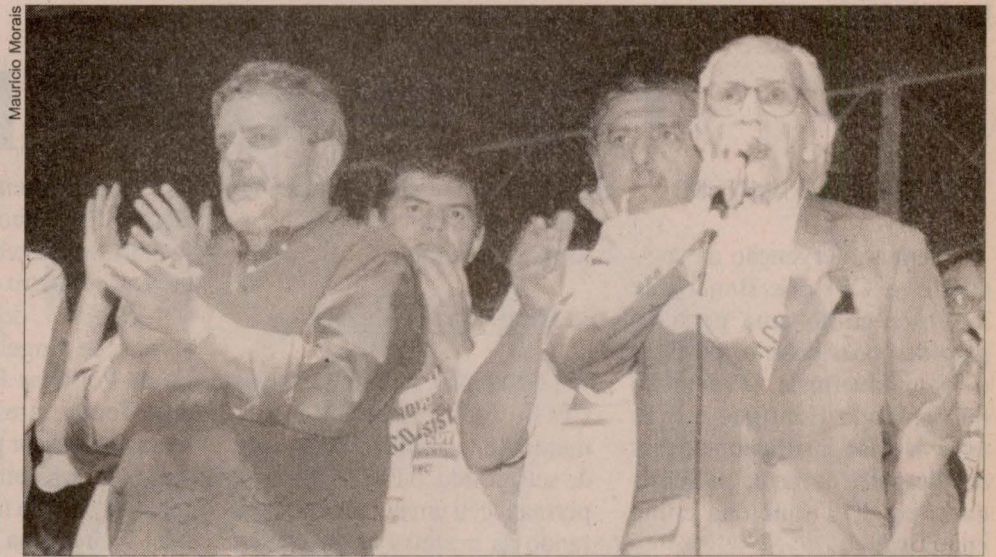
O trabalho da Comissão é lento, mas alguns passos importantes já foram dados. Acima de tudo, foi definido, em março, um projeto inicial, que contém uma pequena justificação teórica da necessidade do PCdoB escrever sua própria história, e uma descrição indicativa das etapas a serem cumpridas nesta tarefa. Outro passo foi o exame dos livros existentes sobre a história do Partido, sendo iniciada a sistematização dos seus resultados, que servirá para indicar não só pontos obscuros e controversos, mas tam-

bém as falhas que existam no exame da trajetória do Partido desde 1922. Foi decidido também a preparação de alguns trabalhos contendo documentos do PCdoB e materiais teóricos, históricos e informativos divulgados pelas publicações comunistas.

“Escrever a história de nosso Partido não é uma tarefa fácil”, diz João Amazonas. “O Partido não surge na sociedade pronto e acabado, e sim, em um determinado momento, como exigência do próprio desenvolvimento da sociedade, vivendo um processo de construção permanente, pois tem de assimilar - sempre - as novas realidades e os avanços no campo da teoria para cumprir sua missão”. Ele expressa, assim, o pensamento da Comissão de que o exame da história da atuação e evolução dos comunistas brasileiros deve levar em conta três variáveis: a) o meio histórico e político brasileiro, em que o Partido se formou e desenvolveu (compreendendo, aqui, que a história do Partido se confunde com a história e com as lutas da classe operária brasileira); b) a trajetória do movimento socialista no país e, nele, os vários estágios da trajetória do próprio Partido; c) finalmente, o contexto político e histórico internacional, principalmente a evolução e os desdobramentos da luta pela construção do socialismo, cujos reflexos foram, muitas vezes, fortes condicionantes da história de nosso Partido.

Outra questão que a história do Partido precisa levar em conta, disse João Amazonas, é “o entendimento dos erros cometidos, especialmente em torno do modelo único de socialismo. A revolução está ligada à realidade de cada país e não podemos fugir disso, à história, à cultura, à moral, ao nível de desenvolvimento econômico. Cada país vai buscando seu caminho para a transformação revolucionária, que não é igual em toda parte”.

Isso leva a outra exigência - diz o dirigente comunista -, o exame de “todas essas questões e fatos para que não se escreva algo fictício, ao sabor de determinadas opiniões. Tem de ser uma história realista, que conte de fato como foi o processo. Se não for assim, não ensina - e nossa história tem de ensinar”.



Lula e o presidente do PCdoB, João Amazonas, no 1º de Maio em S.Paulo

Dia de luta do trabalhador

Quem pensava que o Dia do Trabalho não teria mais grandes manifestações, se enganou. O 1º de Maio deste ano foi uma retomada do dia de luta dos trabalhadores brasileiros e um importante momento de combate ao governo FHC e ao neoliberalismo. Num contexto de aumento do desemprego, perda de conquistas trabalhistas e abandono dos setores sociais, não faltaram força e motivação para o povo ir às ruas. Em várias capitais do país ocorreram grandes manifestações.

Na capital paulista o ato, convocado por partidos de oposição, pela CUT e por sindicatos e entidades do movimento social, reuniu mais de 100 mil pessoas no Vale do Anhangabaú. Diversas lideranças políticas estiveram presentes, dentre elas João Amazonas, presidente do PCdoB; Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT; Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT; o deputado federal Aldo Rebelo e os deputados estaduais Jamil Murad e Nivaldo Santana (PCdoB/SP). O desemprego e o aumento irrisório de 4,6% do salário mínimo foram os principais alvos das críticas.

Ato em todo o Brasil

No Acre foram realizadas passeatas nos dias 30 de abril e 1º de maio no centro da cidade e Ato Público na Praça central em conjunto com a Diocese de Rio Branco, partidos políticos do campo da esquerda, Movimento Nacional de Luta por Moradia, CMP e Associações de Moradores. Setores dos servidores públicos federais fizeram paralisação no dia 30.

Em Alagoas, um ato-show na Praia da Pajuçara antecedeu uma passeata que contou com a participação de cerca de 10 mil pessoas.

Trabalhadores rurais e urbanos fizeram uma passeata nas ruas de Sal-

vador (BA) no dia 30, com a participação de cerca de 5 mil pessoas. No dia 1º realizou-se um ato público no Campo Grande (MS), com a participação de cerca de 1.000 pessoas.

Ocorreram manifestações também em Fortaleza (CE). No dia 30 aconteceu a Feira do Conhecimento de teatro, música, vídeos com a participação de cantores cearenses e artistas populares da comunidade. Um ato político marcou as comemorações do Dia do Trabalho.

No Distrito Federal aconteceu uma caminhada até a frente do Palácio do Planalto, com a participação da CUT, MST, Comissão Justiça e Paz, CMP, estudantes e partidos. A caminhada teve tochas acesas significando “A Chama do Emprego”.

Em Goiânia aconteceu uma grande manifestação que teve início com uma caminhada pelas principais ruas da capital. Participaram políticos, trabalhadores, estudantes, religiosos.

No Maranhão, ocorreram manifestações nos dias 30 e 1º com a presença de quase 10 mil pessoas. Uma romaria com 5 mil pessoas aconteceu em Cuiabá (MT).

Em Belo Horizonte (MG) aconteceu um ato público na Praça Sete, com a participação de cerca de mil pessoas no dia 30. Para comemorar o Dia do Trabalhador, os mineiros organizaram passeatas, atos e uma missa.

Em Belém (PA) uma passeata no dia 30 foi acompanhada de paralisações de estudantes e trabalhadores em educação pública e funcionalismo público federal.

Na Paraíba, os dias 30 e 1º foram marcados por panfletagens no centro da cidade e atos públicos.

Pernambucanos e piauienses anteciparam para o dia 30 as comemorações do 1º de maio com passeatas que contaram com a participação de entidades sindicais, partidos de oposição e estudantes.

No Rio de Janeiro as manifestações também ocorreram no dia 30.

Em Natal (RN) aconteceram passeatas no dia 30; panfletagem pela manhã e uma caminhada à tarde em *Defesa da Justiça, Trabalho e Cidadania*.

Em Porto Alegre (RS) um ato Político e Cultural “Contra o Neoliberalismo, Por Emprego, Salário e Direitos Sociais, em defesa dos Direitos Humanos, pelo não Pagamento da Dívida Externa, por uma dimensão Social no Mercosul”, com a presença de Olivio Dutra e Emilia Fernandes tomou conta do Dia do Trabalho.

Em Florianópolis uma passeata percorreu as principais ruas da cidade no dia 30, com a participação de cerca de 5 mil pessoas. A atividade contou com a participação de diversos setores mobilizados (agricultores, trabalhadores, desempregados, estudantes universitários e secundaristas, trabalhadores do serviço público e do setor privado, entre outros), tendo grande adesão da população.

Contribua para a realização do programa de TV do PCdoB

Em 1º de julho terá início na televisão e no rádio uma campanha institucional e política do Partido Comunista do Brasil. Os programas destacarão: O PCdoB quer mudanças. O PCdoB é oposição. O PCdoB tem propostas a apresentar à nação. Esta campanha pode jogar um papel importante dentro do atual cenário político brasileiro.

O PCdoB faz um apelo para a contribuição voluntária em conta corrente do Partido a todos aqueles que, filiados ou não,

pensam diferente da maré atual, que só nos leva ao aumento do desemprego e da miséria, à impunidade da corrupção e às ondas de privatização.

Os depósitos devem ser feitos no **Banco do Brasil - Agência 2809-6 - conta corrente 4132-7**, tomando-se o cuidado de identificar-se (nome e CPF) enviando por fax o recibo de depósito ou comprovante da transação bancária para fins de prestação de contas.

ASSINE
A Classe Operária



Rua Adoniram Barbosa, 53
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3104-4140
e-mail: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

- cheque nominal Vale postal nº
 dinheiro Depósito na conta
 Cartão nº Ag.0251 - C/C 48676-7
Validade Banco Itaú

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP

UF:

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Tel.: () ()

Profissão:



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Refazendo na reta final do Congresso da UNE

RICARDO ABREU (ALEMÃO)

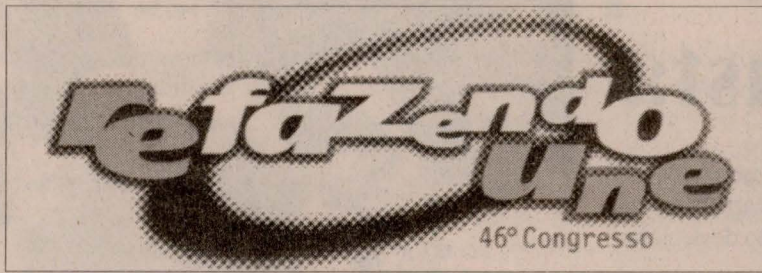
Participando ativamente de manifestações em defesa do Brasil e da educação pública e gratuita, os estudantes secundaristas e universitários têm se destacado na resistência ao governo FHC e à sua política neoliberal. Desde o final de fevereiro deste ano, a União Nacional dos Estudantes - UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes lideram passeatas e atos públicos, mobilizações estudantis ou em conjunto com o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania.

Exigindo o fim do governo FHC, a UNE e a Ubes contribuem e podem contribuir mais decisivamente para a futura conquista de um novo governo para o Brasil, somando forças ao lado dos democratas, dos patriotas e progressistas.

É neste contexto de luta que acontece o 46º Congresso da UNE, de 30 de junho a 4 de julho, em Belo Horizonte, MG. São esperados em torno de 6 mil estudantes, entre delegados e observadores de todos os Estados. O credenciamento dos delegados será realizado nos Estados, dias 19 e 20 de junho.

UJS participa do movimento Refazendo

Para fazer o movimento estudantil cada vez mais unido, forte e atuante, e para manter a



UNE nesse rumo amplo e combativo, centenas de lideranças estudantis, inclusive os universitários da União da Juventude Socialista, fazem parte do movimento *Refazendo*.

Estão acontecendo lançamentos do movimento em vários Estados, com debates, seminários, festas e atividades culturais. Mas ainda é necessário que os jovens comunistas compreendam o potencial enorme do movimento e trabalhem mais pela sua construção. Foram confeccionados adesivos, camisetas e homepage do *Refazendo*.

O caderno de propostas do *Refazendo* destaca que o movimento estudantil "avançou e obteve muitas vitórias na década de 90, mas é preciso aperfeiçoar o que temos feito e mudar o que está superado. As mudanças não devem ser somente organizativas, precisamos de uma mudança de mentalidade. Criar um ambiente mais aberto à participação dos estudantes e das lideranças independentes."

Considera a existência de duas concepções distintas no movimento estudantil hoje. Os ultra-esquerdistas e trotsquistas "preferem um movimento van-

guardista, de pequenos grupos, longe da maioria. Eles acham que as entidades estudantis devem ser uma federação de juventudes partidárias socialistas. Querem uma UNE sectária, partidarizada e excludente".

O *Refazendo* considera "muito importante para as pessoas a militância nos partidos políticos", mas critica a divisão e o partidarismo. Defende a UNE "enquanto entidade nacional de todos os universitários, independente da opção ideológica que cada um faça" e um "movimento amplo, unitário, democrático, representativo e plural, politizado e combativo, que atue na política nacional e ao mesmo tempo seja ativo em relação aos assuntos que fazem parte do cotidiano dos estudantes".

UEE-SP realiza seu maior congresso

Mais de 800 delegados representando os universitários paulistas (o dobro em relação ao último congresso) reuniram-se em Sorocaba, de 7 a 9 de maio, no 4º Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, desde a sua reconstrução

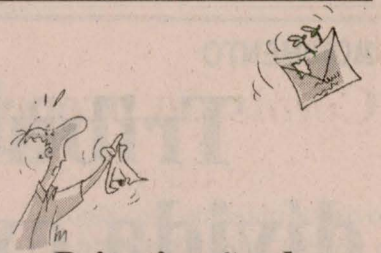
em 1993. Foram comemorados os 50 anos da entidade.

Depois de debates sobre ciência e tecnologia, calourada, movimento estudantil, situação política nacional, universidades públicas estaduais, universidades privadas e comunitárias, houve a plenária final e a eleição da nova diretoria da entidade.

A resolução sobre situação nacional conclama a unidade dos estudantes para pôr fim ao governo de FHC, esvaziando a falsa polêmica em torno de palavras de ordem que era sustentada por setores trotsquistas. Na eleição para a diretoria a chapa do movimento *Refazendo* obteve a maioria absoluta dos votos e elegeu o novo presidente da UEE-SP, o estudante Daniel Vaz. Foi a maior vitória da UJS e do movimento *Refazendo* desde a eleição para o DCE da Universidade Federal de Pelotas, um dos principais DCEs ligados à outra chapa, *Rompendo Amarras*, de orientação sectária e trotsquista.

Vitórias da UJS no movimento secundarista

A UJS, em aliança com outras entidades, foi vitoriosa no congresso de reconstrução da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas - Ames - do Rio de Janeiro e nos congressos das Uniões Municipais de Belo Horizonte, Betim e Contagem, entre outros.



Privatização dos Correios prejudicará a população

O governo Fernando Henrique prepara o desmonte da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que recentemente foi considerada um exemplo de empresa pública eficiente e lucrativa.

Criada há 30 anos, a ECT se tornou fator importante para a integração nacional. Mesmo tendo toda essa importância, o processo de desmonte dos Correios já vêm se desenvolvendo há pelo menos 10 anos, quando começaram a ser implantadas as agências franquizadas e a terceirização de diversos serviços, dentre eles grande parte dos transportes e quase toda a segurança.

As portarias e o projeto de nova Lei Postal apresentados pelo Ministério da Comunicações mostram que o objetivo é a doação dos Correios à iniciativa privada. Onde esta não se interessar, as próprias comunidades terão que assumir os serviços de recepção e distribuição de correspondências.

Em dezembro de 1998 o Ministério das Comunicações publicou as Portarias 310 e 311, que acabam com o papel social dos Correios. Nos locais em que as ruas ou numerações não forem regularizadas pela prefeitura, ou que comprometa a integridade física dos carteiros, não haverá mais entrega postal. Se o número de correspondências não atingir uma certa quantidade, a entrega passará a ser duas vezes, ou mesmo uma vez por semana, chegando a determinadas situações em que ela acabará, dependendo da prefeitura do município, ou da Sociedade Amigos de Bairro se responsabilizar pela entrega. Além dessas medidas, esta prevista a entrega de 90% das agências de Correios para a iniciativa privada.

As privatizações dos serviços de Correios em outros países levaram a uma profunda queda da qualidade de serviço. No Canadá e Espanha, a mobilização dos trabalhadores e o apoio da população contra o desmonte dos Correios conseguiu barrar esse processo.

No Brasil, o movimento sindical se empenha para unificar a categoria em torno desta luta, e para chamar a atenção da opinião pública. Nos fóruns da categoria temos aprovado a articulação junto a parlamentares de diversos partidos, para a formação de frentes municipais, estaduais e nacional contra a privatização dos Correios, assim como temos buscado o apoio de outros sindicatos e entidades da UTE e da UBE. Temos realizado atividades de denúncia dos prejuízos que esta reestruturação causará à sociedade.

CSC vence eleições no Sindicato dos Metalúrgicos

WEVERGTON BRITO LIMA

O Sindicato dos Metalúrgicos do Município do Rio de Janeiro, terceiro maior sindicato operário da América Latina, realizou a eleição da sua nova diretoria nos dias 27, 28 e 29 de abril. Foi eleita a Chapa 1 - Unidos para vencer (CSC, Articulação Sindical e setores independentes), derrotando, por larga margem, a Chapa 2, Oposição Unificada (Força Socialista, PCB, PSTU, Movimento Luta de Classes e Dissidência da Articulação Sindical). Luís Chaves, do Comitê Central e da Direção Regional do PCdoB carioca, foi reeleito presidente. Dos 59 membros da diretoria, 39 foram indicados pela CSC. Na executiva, dos 13 membros, oito foram indicados pela CSC.

Luís Chaves: reafirmando o rumo da luta

Classe - Qual o significado político dessa vitória da CSC?

Chaves - Em primeiro lugar, significou a aprovação, pela categoria, do primeiro mandato da CSC na condução do Sindicato. Significou também que os metalúrgicos apóiam nossas bandeiras de luta contra a política econômica de FHC, contra

o desemprego, pelo gatilho já, ou seja, o rumo de luta foi reafirmado.

Classe - Qual o caminho que o Sindicato vai tomar em relação aos baixos salários?

Chaves - Estamos promovendo um abaixo assinado nas fábricas em defesa do projeto de reposição salarial que prevê reajuste automático sempre que a inflação alcançar 5%. Vamos jogar peso na luta pela participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Existe desde 1994 uma medida provisória tratando desse assunto. Entretanto, no Rio de Janeiro apenas cerca de 10% das empresas oferecem aos seus empregados a participação nos lucros e resultados. Além disso, estamos nos preparando para conduzir uma combativa campanha salarial no dissídio da categoria, em outubro.

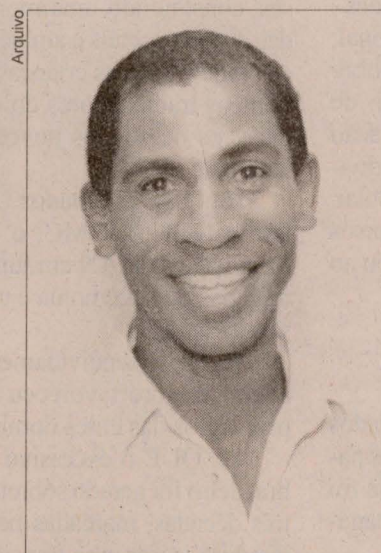
Classe - E quanto ao desemprego?

Chaves - Em relação ao desemprego, além da luta contra o governo FHC, estamos investindo na principal fonte geradora de emprego para a categoria metalúrgica, que é o setor naval. Durante o Governo Marcelo Alencar o setor naval prati-

camente acabou. Mas agora o governo Garotinho criou a secretaria de Energia, Petróleo e Indústria Naval, ocupada pelo engenheiro Wagner Victor que, com o apoio do Sindicato, está tomando diversas iniciativas para recuperar a indústria naval no Estado, gerando assim milhares de empregos.

Classe - Essa será a segunda gestão da CSC à frente do Sindicato. O que deve avançar em relação à primeira?

Chaves - As correntes que compõem a atual diretoria vão trabalhar com mais unidade, o que não ocorreu na última gestão e foi prejudicial para a categoria. A unidade não deve ser apenas formal para ganhar a eleição. Deve se materializar durante o mandato em ações concretas em benefício da luta. Muda também o fato de que agora somos mais experientes,



Chaves: maior unidade

mais maduros. Temos consciência dos erros que cometemos e aprendemos com eles. Vamos nos dedicar mais a gerir administrativamente o Sindicato, fazendo com que ele funcione de forma ainda melhor, aperfeiçoando sua estrutura.

Resultado das eleições Sind-Metal

CHAPA 1 (UNIDOS PARA VENCER)	2.323 (52,78%)
CHAPA 2 (OPOSIÇÃO UNIFICADA)	1.703 (38,70%)
Votos em Branco	62 (1,40%)
Votos nulos	312 (7,09%)
Total:	4.400 votos

MOVIMENTO

Tribunal julga a dívida externa injusta

O Tribunal da Dívida Externa reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, Brasil, no local onde foi enforcado Tiradentes, herói e mártir da independência, na presença e com a participação de 1.200 pessoas de diversas partes do Brasil e diversos países do mundo. Promovido pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Cáritas, CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, CMP - Central de Movimentos Populares e MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e o IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros -, com o apoio do CORECON/RJ, SENGE/RJ, SINDECON/RJ, IERJ e PACS, o Tribunal teve como objetivos julgar o caso brasileiro da dívida externa e reforçar a Campanha do Jubileu 2000 em favor do cancelamento da dívida dos países de baixa renda e mais endividados.

Por ser o Brasil um dos países com economia de renda média e considerado *emergente*, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com um quarto de sua população - 40 milhões de pessoas - situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o Tribunal visou definir políticas alternativas e estratégias para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas conseqüências sociais e ambientais.

Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimentos e testemunhos de brasileiros e de especialistas de outros países, em quatro sessões - sobre o sistema financeiro internacional; sobre o endividamento brasileiro; sobre casos exemplares de endividamento de outros países; e sobre perspectivas de ação para enfrentar e superar a crise do endividamento brasileiro - o Tribunal Popular, constituído por representantes de diversos setores da sociedade brasileira, chegou ao seguinte veredicto:

CONSIDERANDO

1. QUE segundo os estudos e dados apresentados no Tribunal, a dívida dos países mais pobres é mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável;

2. QUE a dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos, aumentou de US\$ 148 bilhões em fim de 1994 para US\$ 235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$ 126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento;

3. QUE a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70, de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6% para mais de 20% em poucos meses, significou uma traição da boa fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar empréstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$ 106 bilhões para a América Latina;

aos devedores uma taxa de risco para prevenir-se de uma possível incapacidade de pagamento dá a estes o direito de declarar-se insolventes sem ônus;

5. QUE governos identificados com grandes empresas e bancos endividados com o exterior têm praticado a estatização da dívida externa privada, socializando custos e comprometendo ainda mais os fundos públicos com o serviço da dívida externa;

6. QUE empresas públicas estratégicas foram utilizadas como instrumento de sobre-endividamento, comprometendo sua saúde financeira e capacidade de investimento, servindo isto de pretexto para sua posterior privatização;

7. QUE existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno, e a busca de capital externo de curto prazo, submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros;

8. QUE o governo, por conceber o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;

9. QUE as políticas econômicas e de ajuste do FMI têm se provado desastrosas para os países que a elas se submetem, e servem para aumentar ainda mais a dívida e os outros passivos externos desses países, constituindo uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais, das quais os credores são as crianças, as mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade, os negros, os povos indígenas e a natureza;

10. QUE os Estados Unidos manipulam a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial e a OTAN em função de suas estratégias de hegemonia e controle dos povos da terra;

11. QUE o endividamento público brasileiro sempre favoreceu os interesses e privilégios das elites dominantes;

12. QUE o excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro;

13. QUE este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos;

14. QUE a expansão da dívida está relacionada com as elites brasileiras que, em toda a história e atualmente, têm sido coniventes com as instituições financeiras do exterior, tanto privadas e oficiais quanto multilaterais;

15. QUE a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16/12/66, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodetermina-



Cartaz do Tribunal da Dívida Externa

como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência; os integrantes do tribunal da dívida externa decidem, por unanimidade:

A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. Em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo do endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil. Responsabiliza os governos e políticos que apoiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada. Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico. Responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.

Decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e judiciárias, da União, Estados e municípios, esta decisão, para que a respeitem pela legitimidade da estrutura e função social deste Tribunal.

Assumindo a esperança presente nas lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização da economia e da sociedade, o Tribunal propõe a todos os brasileiros e brasileiras os seguintes compromissos e estratégias de ação:

* Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições senão a da aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

* Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil-

pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento.

* Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI e pela redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional.

* Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais e humanos do país, superando a lógica e a prática do endividamento irresponsável que vigora atualmente.

* Pelo firme controle do câmbio, que instrumento o governo para frear a especulação e reestimular o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacional e estrangeiras) e de mercadorias em geral.

* Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas.

* Pela renegociação das dívidas dos Estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa.

* Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional, visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos.

* Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembleia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram e hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e altamente endividados e os seus responsáveis.

O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarão de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.

Rio de Janeiro, Patíbulo de

Agressão dos EUA-OTAN à Iugoslávia é ameaça aos povos

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

Desde 24 de março, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN –, aliança militar de caráter agressivo comandada pelo imperialismo norte-americano e integrada, além dos EUA, por 17 países europeus e pelo Canadá, está realizando diuturnamente sistemáticos bombardeios aéreos sobre o território da Iugoslávia. A colossal força militar mobilizada, que inclui os mais modernos meios de aviação e as mais sofisticadas armas de destruição, atacou a capital iugoslava, Belgrado, além de Pristina, principal cidade da Província de Kosovo, e outras cidades. Os ataques já provocaram danos irreparáveis: milhares de vidas humanas, milhares de pessoas feridas e mutiladas e a devastação da infra-estrutura básica do país. Com a ferocidade própria do antigo Império Romano e o espírito belicoso e expansionista do Reich alemão, o atual império agressor, nova espécie de fascismo, anuncia a *delenda Cartago* de nossa época: “a Iugoslávia tem de ser destruída”!

Importantes obras, como centrais elétricas, centrais de aquecimento, refinarias de petróleo e complexos industriais foram destruídos, assim como foi totalmente aniquilada a indústria petroquímica. Os bombardeios da OTAN destruíram as principais rodovias, aeroportos, ferrovias e pontes do país. Também foram atingidos hospitais, escolas, creches, monumentos, sítios arqueológicos, mosteiros, igrejas e cemitérios. Mais de dez estações de rádio e televisão, mais de vinte repetidoras de TV foram atacadas, além da TV estatal sérvia que os trabalhadores conseguiram recolocar no ar em poucas horas, numa singela demonstração da capacidade de resistência do povo. No inventário dos crimes cometidos pelos agressores euro-atlânticos, é necessário contabilizar ainda a tentativa de assassinato do presidente iugoslavo Slobodan Milosevic, revelando uma vez mais um traço de covardia e terrorismo dos imperialistas norte-americanos. Em agressões anteriores a países soberanos, atentaram contra as vidas dos presidentes do Iraque e da Líbia e em Granada assassinaram o chefe do governo.

Flagrante agressão

Os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia, diferentemente do que propagam os comunicados oficiais do comando das operações e das chancelarias norte-americanas e européias, pressurosamente reproduzidos pelos meios de comunicação, constituem uma flagrante agressão a um país soberano, reconhecido internacionalmente, com plenas relações diplomáticas, econômicas, comerciais e culturais em todo o mundo, membro da Organização das Nações Unidas desde a sua fun-



ção, dotado de governo próprio, parlamento, corte de justiça, constituição. Uma nação organizada em luta pelo progresso econômico e social, por sua unidade, pela convivência entre as diversas nacionalidades que a compõem, muito embora as limitações de seu sistema político, a gravidade dos problemas étnicos acumulados ao longo da história, as dificuldades da atual situação internacional e os erros do seu governo. Deve-se perguntar que ato internacional, lesivo à soberania de algum país, cometeu a Iugoslávia? Que grave perturbação à ordem mundial foi provocada por algum ato do governo do presidente Milosevic? Alguma ameaça à paz? Alguma violação de princípios da Carta das Nações Unidas ou dos acordos de Helsinque patrocinados pela Organização para a Cooperação e a Segurança Européia? A resposta negativa a essas indagações dá a medida exata da ilegalidade de que o ato agressivo se reveste.

Solução política

A paz mundial, o equilíbrio diplomático, a ordem institucional, todo o sistema das Nações Unidas constituído após a II Grande Guerra foram violados. O século XX termina como a época da subordinação de todas as nações do Planeta ao ditame unilateral e aos interesses estratégicos do imperialismo norte-americano, o que configura com traços de dramaticidade o retrocesso civilizacional em curso desde a destruição das conquistas do socialismo em vastas regiões do Planeta. Os organismos multilaterais não foram consultados. Na prática, a guerra dos EUA e da OTAN contra a Iugoslávia decreta o fim desses organismos multilaterais, assim como a inutilidade da diplomacia como meio para a solução dos problemas internacionais. A própria ordem institucional de países europeus é posta em cheque,

porquanto vários países membros da OTAN estipulam em suas constituições restrições ao envolvimento em ações bélicas desse tipo.

Rambouillet, local das negociações, foi o último cenário de uma comédia surrealista, ou, por outra, uma ópera-bufa, cuja contraface é a tragédia dantesca da devastação da Iugoslávia e do êxodo em massa de albaneses-kosovares, resultado imediato e inevitável dos bombardeios iniciados em 24 de março. As chamadas negociações de Rambouillet tinham um só objetivo: mostrar a “intransigência” da parte iugoslava que se recusou a aceitar a presença de tropas da OTAN em seu território para “resolver” uma **questão interna** – o conflito sérvio-kosovar – problema antes de tudo de natureza **política**, cuja solução residiria em meios políticos e diplomáticos e não militares. Na verdade, a imolação da Iugoslávia no altar da “nova ordem” foi claramente premeditado. Trata-se de uma guerra de agressão anunciada há dez anos, desde que se iniciou o processo, também premeditado e engendrado de fora, de desintegração da República Federativa Socialista da Iugoslávia, na seqüência da contra-revolução que varreu do mapa europeu o sistema socialista. Tragédia que se apresenta hoje, sob uma densa cortina de desinformação e mentiras, com hipócritas declarações de defesa dos direitos humanos e de intervenção humanitária para cessar a limpeza étnica. É uma tragédia que acomete também o povo albanês-kosovar, como os albaneses da Macedônia, como a própria população da Albânia – tristemente convertida em base de operações dos EUA e da OTAN nos Balcãs. Tragédia que golpeia no coração e no fundo da alma o moral de um povo heróico que lado a lado com os sérvios lutou na II Grande Guerra contra as hordas nazifascistas, hoje transformado em carne de canhão de

uma empreitada expansionista e belicista do maior inimigo da humanidade em nossa época – o imperialismo norte-americano.

Só se pode compreender o significado da ação dos EUA e da OTAN na Iugoslávia à luz do exame da estratégia global do imperialismo norte-americano. O próprio “negociador” estadunidense nas conversações de Rambouillet proclamou a obsolescência da ONU, por expressar relações de força ultrapassadas, enquanto a secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, deixou claro o sentido da presença norte-americana nas negociações ao manifestar a intenção de que a OTAN irá gerir as questões de Estado em Kosovo exatamente como faz na Bósnia.

Ameaça aos povos

A guerra à Iugoslávia, com todo o seu cortejo de monstruosidades que martirizam indistintamente os povos sérvio e albanês, traz insegurança a todos os demais povos balcânicos e europeus e ameaça a paz mundial. É um desses episódios na história contemporânea que só podem causar repugnância e provocar a revolta de toda a humanidade.

As ações agressivas comandadas nos Balcãs pelo imperialismo norte-americano e pelas potências européias aliadas, justificadas agora por uma nova doutrina estratégica norte-americana e um novo conceito de segurança da OTAN, sob hegemonia norte-americana, constituem um grave sinal de que a humanidade está vivendo, na passagem do século e do milênio, uma nova situação política, em que se configura a fundação de uma *nova* ordem mundial, na essência uma ordem *imperialista* e, quanto aos meios de atuação para fazer prevalecer os interesses da superpotência dominante, uma ordem mundial fascista. Atentemos bem para a definição conceitual das motivações para a intervenção armada imperialista: “defesa de causas humanitárias” e “cuidados para com problemas de segurança mais amplos”, como “atos de terrorismo, sabotagem e crime organizado, e os problemas no abastecimento de recursos vitais”. Sob designações tão amplas, o imperialismo se arroga o direito de intervir, bombardear, invadir, ocupar qualquer país que, segundo seus critérios, comprometa as “causas humanitárias”, promova atos de “terrorismo”, “crime organizado” ou interponha qualquer obstáculo ao livre abastecimento do imperialismo norte-americano ao que considere recursos vitais para a preservação dos seus interesses, sejam econômicos ou militares. Nesse contexto, por exemplo, pode-se considerar diretamente ameaçada a China, com as problemáticas de Taiwan e do Tibete, ultimamente infladas pela propaganda a serviço dos interesses norte-americanos. Em perspectiva, ameaça-se o Oriente Médio,

onde eventualmente podem ser criados obstáculos ao abastecimento dos EUA em recursos vitais, a Índia e toda a região em torno, onde proliferam conflitos nacionais e étnicos e assim, sucessivamente, em qualquer parte do mundo onde a segurança e os “interesses vitais” do imperialismo norte-americano possam ser “ameaçados”.

Brasil em perigo

Mesmo o nosso país, onde as forças políticas e a sociedade se comportam com uma ignorante e boçal indiferença em face do que ocorre em plagas mais distantes, e cujo governo, escravo do neoliberalismo, comporta-se como força caudatária do governo norte-americano, poderá ser enquadrado em algum daqueles critérios dos EUA e da OTAN. Afinal, vez por outra artificializam-se aqui querelas em torno de demarcação de reservas indígenas, ao que se faz um desproporcional eco nos meios de comunicação norte-americanos e europeus; afinal, o nosso território abriga a mais rica biodiversidade e bacia mineral do mundo, a Amazônia, que certamente contém muitos dos chamados “recursos vitais”.

Nesse contexto, a guerra à Iugoslávia não é um acontecimento qualquer, mas o prelúdio dos horrores que podem suplciar a humanidade se os povos não se anteciparem para deter a mão aos imperialistas e pôr cobro à sua aventura dominadora e belicista.

Conflitos nacionais como o sérvio-kosovar não serão resolvidos nos marcos do capitalismo, muito menos em decorrência de intervenções imperialistas. O uso da força por parte dos EUA-OTAN contra os sérvios se voltará também contra os albaneses. Sob o tacão norte-americano ou euro-atlântico, Kosovo jamais será independente e a Albânia nunca recobrará a sua liberdade e independência. A solução de fundo do problema nacional – e no mundo há muitos – só ocorrerá nos marcos de um ordenamento político, econômico, social distinto do atual. Numa sociedade socialista, sem os graves erros cometidos no passado, sem artificialismos nem imposições, será possível encontrar um encaminhamento correto para a questão das nacionalidades.

Enquanto isso, é imperioso encontrar saídas nos marcos da situação atual. Primeiramente, é necessário pôr fim aos bombardeios e cessar a intervenção imperialista. Em seguida, fazer valer a opinião de que a soberania nacional e a integridade territorial da Iugoslávia precisam ser asseguradas e reconhecidas internacionalmente. Paralelamente a isso, garantir o retorno dos refugiados albaneses aos seus lares em Kosovo e encontrar uma solução justa para o exercício dos seus direitos através de um novo estatuto de autonomia.

Secretário de Relações Internacionais do PCdoB

ORGANIZAÇÃO

Estilo e método de trabalho partidário

RENATO RABELO*

Na 5ª Reunião Plenária do Comitê Central, de novembro de 1998, o nosso Partido aprovou um plano de atuação para o ano de 1999. Nas reuniões seguintes da direção, foram feitos informes sobre o andamento desse plano, propiciando seu controle coletivo. No final de abril, todas as comissões partidárias trocaram informações para adotar medidas visando alcançar as metas indicadas pelo Comitê Central.

Uma das questões mais enfatizadas pelo conjunto dos camaradas que integram as comissões foi a necessidade de aprimorarmos os métodos de controle da aplicação das decisões partidárias, e de criá-los onde não existem. O controle regular possibilita um conhecimento melhor dos problemas existentes, e a busca acelerada e ágil de solução. O trabalho organizado, com método, proporciona resultados mais ajustados às necessidades do Partido. Como alertou Lênin, em 1901, no livro *Que Fazer?*: "A experiência revolucionária e a habilidade de organização são coisas que se adquirem com o tempo. O que é preciso é querer desenvolver em si mesmo as qualidades necessárias! A única coisa que faz falta é ter consciência dos defeitos, coisa que no trabalho revolucionário equivale a mais da metade da correção dos mesmos".

Definir a política e as metas

Antes que tudo, precisamos ter clareza de nossos objetivos. A reunião de novembro aprovou resolução política que apresenta nossa avaliação do momento vivido pelo país e propõe ações de envergadura na luta contra o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Foram definidas, ainda, nossas metas quanto à organização, formação, finanças, propaganda e aspectos teóricos da construção partidária (veja *A Classe Operária*, 169, de 4 de dezembro de 1998, ou acesse a homepage do PCdoB na Internet - <http://www.pcdob.org.br>).

Com base nesses documentos, todas as direções estaduais e municipais devem realizar o seu planejamento - sendo que algumas já o fizeram. O plano deve ser o resultado de um estudo sistemático, premeditado, minucioso. Pontos essenciais como o que fazer, como fazer e por que fazer devem ser indicados, com decisões claras e simples, para que todos possam compreendê-las, executá-las e colaborar para o controle da sua execução.

Numa organização sob comando eficiente, se fazem planos e se assumem compromissos que devem ser acompanhados com zelo pelas direções, para garantir o seu cumprimento ou a sua correção. Uma das funções mais importantes da direção é fazer o coletivo concentrar-se em seus objetivos. A concentração nos objetivos a serem alcançados é princípio básico para garantir a eficácia e o sucesso de uma decisão. Cabe à direção solucionar problemas e aconselhar os que as executam. "Menos frases pomposas e mais trabalho quotidiano, simples", aconselhava Lênin em *Uma grande iniciativa*. Opor ao ativismo, ao trabalho sem perspectiva, o objetivo revolucionário. Garantir o trabalho sistemático de acompanhamento e controle das decisões, objetivos e metas.

Os dirigentes devem estar atentos para impedir ações desnecessárias, desgastantes e que levem a equívocos políticos. A responsabilidade do dirigente não é

principal atividade é fundamental, para participar, contribuir e envolver o coletivo partidário, até mesmo coibindo entraves à execução das tarefas. O dirigente deve ser visível, acessível ao coletivo, inteirado da vida partidária.

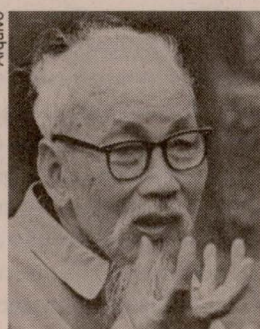
O motor do ser humano

Num partido como o nosso, de conteúdo ideológico explícito e com objetivos revolucionários, a adesão do militante se faz pela consciência da necessidade de atuar de forma transformadora sobre a realidade. Armados com a ideologia marxista-leninista, os comunistas vêm garantindo a existência do nosso Partido no Brasil há mais de 77 anos (chegando a refundá-lo em 1962), mesmo nos momentos de grave adversidade, quando o inimigo de classe prendia, torturava e até matava os que lutavam contra o capitalismo.

Esse é um aspecto vigoroso e diferenciador de nosso Partido, que tem de ser destacado e tratado com atenção sempre especial. Criar um ambiente no qual todos se sintam estimulados a alcançar as metas é vital para o nosso êxito. O navegador brasileiro Amyr Klink, autor de inúmeras façanhas de destaque mundial, analisando a atuação de equipe que é necessária nas navegações desafiadoras, valorizou com razão "o motor mais importante do ser humano: a motivação". Na vida partidária, igualmente, sabemos do incalculável valor da motivação dos militantes para alcançarmos nossas metas - seja a eleição de um parlamentar, a conquista da direção de um sindicato, entidade estudantil ou de massa, seja levantar recursos para garantir a execução de tarefas e o funcionamento do Partido.

Habilidades individuais

Lenin, abordando a importância do fator subjetivo, escreveu no *Que Fazer?*: "... na guerra, como é sabido, o mais importante é não só inspirar confiança em suas próprias forças ao próprio exército, como impressionar o inimigo e todos os elementos neutros; uma neutralidade amistosa pode, às vezes, decidir a peleja".



Ho Chi Minh

Phu, quando o Vietnã derrotou a Fran-

ça colonialista, disse que no seu exército popular "não há nada que distinga os generais dos soldados, a não ser a estrela que eles usam no colarinho. Os uniformes são recortados do mesmo material, eles usam as mesmas botas, os capacetes de cortiça são iguais e os coronéis andam a pé como os soldados. Eles vivem do arroz que carregam consigo, das raízes que arrancam na terra da floresta, dos peixes que pescam nas águas dos córregos das montanhas. ... Mas têm a vitória, com todos os diabos, a vitória".

A motivação entre os vietnamitas

A distribuição de tarefas e responsabilidades, valorizando os talentos e habilidades individuais, é outro fator decisivo na implementação de um plano. Contamos com o esforço individual dos camaradas, com sua abnegação na realização das tarefas designadas. Mas a direção deve ter também a sensibilidade para indicar as pessoas certas para determinadas tarefas, a sensibilidade para valorizá-las quando o desempenho for satisfatório, e a necessária responsabilidade de transferi-las para outras funções, quando a situação assim o exigir. Conhecer os militantes, o que eles fazem direito, o que gostam de fazer, o que querem e precisam para o desempenho de suas funções.

Mais uma vez vale lembrar Lenin, no *Que Fazer?*: "não há homens e há infinidade de homens. Há infinidade de homens, porque tanto a classe operária como setores cada vez mais variados da sociedade proporcionam a cada ano mais e mais descontentes, que desejam protestar, que estão dispostos a cooperar no que possam na luta contra o absolutismo, cujo caráter insuportável não o vê ainda todo mundo, porém o sentem massas cada vez mais extensas, e cada vez mais agudamente. Mas, ao mesmo tempo, não há homens, porque não há dirigentes, não há chefes políticos, não há talentos capazes de organizar um trabalho por sua vez amplo e coordenado, unificado, que permita utilizar todas as forças, até as mais insignificantes".

Substituir as pessoas que não correspondem às funções é um estimulante para a organização, tão bom quanto promover e incentivar os que têm excelente desempenho. As pessoas devem ser avaliadas por seu desempenho. A pessoa designada para uma tarefa deve se familiarizar e se capacitar para a função. A valorização das pessoas no desempenho de suas funções, o entendimento profundo da natureza da ação e do tipo de pessoa que pode fazê-la prosperar, leva à elevação da atividade do conjunto. Os dirigentes devem ter contato permanente e direto com o coletivo. Devem impedir a formação de um "corpo de intermediários" que sobrepõe-se à direção e leva à duplicação de esforços, dificultando o trabalho produtivo.

Os dirigentes devem estar atentos para resolver a tempo problemas que dificultem o cumprimento de uma tarefa, acompanhando de perto sua execução. O planejamento

é melhor quando cuidado pelo responsável direto. Investir na capacitação de dirigentes e militantes, estar atento às suas habilidades, interesses e capacidades, substituir ou deslocar para outras funções os que não correspondem às tarefas, são atitudes que possibilitarão a formação de equipes "azeitadas" e ágeis, capazes de concorrer para o bom sucesso das tarefas e metas definidas pelo Partido.

Acompanhamento e controle

O Partido deve ter uma organização bem estruturada, com firmeza, espírito de disciplina, método e onde a vida democrática deva ser sempre aperfeiçoada. Não pode ser entidade amorfa, mas uma vontade coletiva, consciente. O Partido é um todo - com seus órgãos de direção únicos, subordinação da minoria à maioria, resoluções que devem ser levadas à prática por todos os organismos e militantes. Deve ocorrer o permanente acompanhamento da vida partidária, da aplicação das resoluções, com a constante troca de informes. Informes a partir dos quais possam ser tomadas decisões visando os objetivos traçados e a mensuração de seus avanços. Informes precisos, oportunos, nítidos e seguros. As situações críticas devem ser analisadas imediatamente, adotando-se resoluções para saná-las. As boas organizações são organismos vivos, que enfrentam os desafios. Seu funcionamento eficiente permite que cada pessoa execute suas tarefas e cumpra suas metas. Desenvolve-se, assim, um clima de motivação coletiva.

Muitas idéias são boas apenas por um tempo limitado e não para sempre - em 1803 os ingleses criaram uma função no funcionalismo público que exigia que um homem ficasse com uma luneta em cima de penhascos de Dover e tocasse um sino caso visse Napoleão se aproximar. Napoleão morreu em 1821, mas a função só foi abolida em 1945...

O controle permanente possibilita quebrar a rotina, impede a permanência de maneiras pouco produtivas de atuação. Permite à direção localizar debilidades e ineficiências, inteirando-se dos problemas e buscando soluções criativas para envolver o coletivo. Cria um ambiente de colaboração produtiva.

Periodicamente devem ser realizadas reuniões para troca de informações e prestação de contas das atividades, quando deverão ser adotadas resoluções complementares ou mudança de orientações. Essas reuniões devem ser bem preparadas e realizadas em ambiente tranquilo e sem interrupções. As reuniões para controle devem ter propósitos definidos (visam troca de informações ou solução de problemas). Algumas pessoas absorvem rapidamente idéias de uma conversação; outras respondem melhor a um material escrito. As primeiras reações são as melhores com algumas pessoas, mas no dia seguinte elas não têm mais tanta certeza. Outras pessoas não devem ser pressionadas. Pedir idéias, testá-las e destacar os autores das idéias corretas, possibilitando formação e promoção de quadros, são parte integrante das atividades dos dirigentes partidários.

Os dirigentes devem prestar contas para o coletivo, levando a satisfação às fileiras partidárias devido aos êxitos alcançados e dividindo com ela a responsabilidade pelo estabelecimento de metas e controle do planejamento adotado.

*Secretário de Organização e vice-presidente do PCdoB

FORMAÇÃO

A modernidade e o século XX

MADALENA GUASCO PEIXOTO

O período que se inicia no século XVI e vai até o final do século XIX, designado costumadamente como moderno, foi sacudido pelas clássicas revoluções burguesas e por uma intensa, fértil e multifacética luta de idéias. Este movimento no campo das idéias se desenvolveu tendo como suporte as marcantes mudanças qualitativas na história concreta da sociedade e constituiu-se como parte integrante destas mudanças. Não representou apenas o reflexo do que ocorria no campo social e econômico. Este movimento no campo das idéias se transformou em força material.

Algumas questões fundamentais marcaram este intenso debate teórico. Destacam-se as seguintes idéias: - É possível o homem conhecer a natureza e a sociedade? Como se dá o processo de produção do conhecimento? Como ocorre o processo de transformação histórica? Qual a relação entre a objetividade e a subjetividade no movimento histórico social?

Na história das idéias esta não foi a primeira vez em que estas questões foram colocadas como centrais. No entanto, o que neste período havia de novo era o contexto histórico no qual elas estavam sendo recolocadas e, dentro deste contexto, a nova capacidade adquirida em respondê-las.

Em conjunto, elas compõem questões de caráter epistemológico e as respostas que lhes fo-



ram formuladas representou um grande salto qualitativo no campo teórico e prático.

A luta teórica na modernidade se produziu como parte integrante da luta de classes, representando primeiramente o antagonismo entre a velha sociedade feudal e a nova sociedade capitalista que se erguia poderosamente. Depois passou a expressar os novos antagonismos que a sociedade burguesa produziu.

Por este motivo, a modernidade, que é apresentada pela ideologia dominante como monolítica, não foi. O que constituiu o moderno foi o contraditório.

Marx e seu parceiro Engels são herdeiros e construtores da modernidade. Dela participaram colhendo os avanços científicos e teóricos e criticando as con-

cepções produzidas com base ideológica dominante. Deste movimento resultou a única teoria conseqüentemente crítica da sociedade burguesa.

O marxismo se produziu, assim, como parte e crítica da modernidade.

Os textos *A Introdução à crítica da Economia Política* e *o Prefácio para a crítica da Economia Política* são basilares desta complexidade teórica produzida por Marx. Neles Marx descreve a trajetória de sua produção teórica, situa os interlocutores e as idéias com quem debate, nos dando uma panorâmica da modernidade em toda sua fertilidade.

Nestes textos Marx construiu uma potente e crítica teoria da história, contribuindo para o desenvolvimento da epistemologia moderna com a

estruturação do método mais avançado de conhecimento, o materialismo dialético, tornado por ele também instrumento do estudo da economia e da história social.

O século XX incorporou e desenvolveu o debate da modernidade. A luta de idéias de forma atualizada em suas bases manteve os mesmos antagonismos. O novo século foi marcado por um desenvolvimento do sistema capitalista e pela construção das primeiras experiências socialistas e, estas, sendo palco histórico também da produção de idéias que se desenvolve no sentido de uma avaliação crítica destas experiências.

Neste final de século, produto do desenvolvimento das contradições do próprio capitalismo e da crise das experiências socialistas, recoloca-se,

em nome de uma nova era, as questões basilares da modernidade. O debate desenvolve-se entre os que propugnam o fim da razão, a impossibilidade de conhecer a realidade, a impossibilidade da existência de qualquer teoria científica da história e que negam a possibilidade de construção de qualquer projeto coletivo de emancipação social e política - os apologistas do fim da história. Contra estes encontram-se aqueles que não só buscam desvendar os intentos ideológicos de tais idéias mas que compreendem que, no processo de desenvolvimento da produção de conhecimento, o entendimento dos novos fenômenos produzidos pela realidade pressupõem um esforço teórico de grande envergadura, e isto somente é possível partindo-se de uma teoria da história e da sociedade capaz de desvendar as leis gerais e as particularidades de nosso tempo. Para tal, a concepção metodológica a ser utilizada deve ser capaz de instrumentalizar para o entendimento de fenômenos complexos de múltiplas determinações, deve ser capaz de desvendar as contradições de nosso tempo. Este método e esta teoria crítica surgiram no século XIX. Suas bases fundamentais aparecem de forma brilhantemente expostas nos textos: *Introdução à crítica da Economia Política* e *Prefácio para a crítica da Economia Política*. Seu artífice foi Karl Marx.

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO



Direita volver

BERNARDO JOFFILY

Os erros referidos no artigo anterior se agravaram após a II Guerra, servindo de base e, ao mesmo tempo, de alibi para uma guinada à direita da direção soviética, nos anos 50. Stálin morrera em 1953, reverenciado na URSS e em todo o mundo. Nikita Kruschov (1894-1971) assumiu a secretaria-geral do partido e, no célebre 20º Congresso do PCUS (1956) lançou a nova orientação, enquanto atacava Stálin em seu "Relatório secreto", a pretexto de combater o culto à personalidade.

Resposta oportunista para problemas reais

A política do 20º Congresso ficou conhecida pelo lema dos "Três pacíficos": coexistência pacífica e competição pacífica com o capitalismo, transição pacífica para o socialismo. Na verdade, não se reduzia à oposição entre meios pacíficos e violentos. Era toda

uma nova linha geral, uma **resposta de direita** para os **problemas reais** que vinham se acumulando.

Em 1957 esboçou-se uma reação neste rumo, liderada por Molotov, Malenkov e Kaganovitch, prestigiados expoentes da velha guarda bolchevique, porém por vias burocráticas e cupulistas. O Comitê Central chegou a votar a destituição de Kruschov, mas foi cercado pelos tanques de um general pró-Kruschov, a votação foi revertida e os antikuschovistas expulsos como "grupo antipartido". A base partidária e as massas assistiram a tudo passivamente, adormecidas pela cantilena de que "a direção sabe o que faz".

A nova direção soviética tratou de repassar a linha do 20º Congresso para todo o movimento comunista mundial, nas reuniões de 1957 e 1960, esta com 81 partidos comunistas e operários de todos os continentes. A maioria das direções partidárias acompanhou-a - uns por seguidismo, outros por convic-

ção. Mas houve também fortes resistências, abrindo uma fase de polêmica e divisão. Os partidos da China e da Albânia, no poder, contestaram a orientação soviética, assim como o do Vietnã - que dirigia uma heróica guerra popular contra a agressão norte-americana (veja o próximo artigo). Muitos partidos se cindiram em uma ala pró-Kruschov - em geral majoritária - e outra anti-revisionista. Em nosso país a cisão, referenciada sobretudo nas questões da revolução brasileira, levou à reorganização do Partido Comunista do Brasil, em 1962.

Lições da luta contra o revisionismo soviético

Kruschov promoveu sua guinada às claras, mal mantendo uma precária folha de parreira "marxista". Após derrotas nos planos externo (crise de Berlim, 1958, crise dos mísseis em Cuba, 1962) e interno (fracassos na agricultura), terminou em 1964. A direção do PCUS passou a Leonid Brejnev,



Nikita Kruschov: reviravolta política na URSS

que manteve o mesmo curso geral porém de forma matizada, preocupando-se com as aparências e até polemizando com oportunistas mais assumidos como os "eurocomunistas". A URSS passou a uma degradação lenta e encoberta, até a crise terminal da *perestroika* (reestruturação), com Mikhail Gorbachov, que retomou o oportunismo assumido de Kruschov e terminou de enterrar a experiência iniciada em 1917.

A história deu razão, portanto, aos que denunciaram e combateram o *revisionismo so-*

viético (veja o artigo 6). A linha revisionista - marxista em palavras, mas abandonando a essência revolucionária do marxismo - conduziu de fato à derrota, à capitulação face ao capitalismo em geral e aos EUA em particular. Ao mesmo tempo, hoje fica claro que este combate foi **unilateral**: ao denunciar a traição revisionista, caiu no equívoco de defender em bloco a fase anterior, sem apontar os erros que, já então, abriam caminho para a guinada à direita e o desvirtuamento do socialismo soviético.

Arquivo

Para gostar de ler

CARLOS POMPE

É conhecido o distanciamento que os brasileiros têm da leitura e, em especial, dos livros. O problema não é só brasileiro. Na França, o professor Daniel Pennac escreveu um livro abordando o afastamento das crianças e adolescentes locais do hábito da leitura: *Como um romance* (publicado no Brasil pela Editora Rocco). Um trabalho que ajuda a criar o ambiente e a motivação necessários para despertar o gosto pela leitura – em qualquer idade.

Lembrando sua juventude, Pennac (nascido em 1944) afirma que, no passado, ler “era um ato subversivo. À descoberta do romance se juntava a excitação da desobediência familiar”. Para ele, a virtude da leitura “é nos abstrair do mundo para lhe emprestar um sentido”.

Mas, “onde encontrar o tempo para ler?” Pennac considera que “a partir do momento em que se coloca o problema do tempo para ler, é porque a vontade não está lá. Porque, se pensarmos bem, *ninguém jamais tem tempo para ler*. Nem pequenos, nem adolescentes, nem grandes. A vida é um entrave permanente à leitura. ... O tempo para ler é sempre um tempo roubado. (Tanto como o tempo para escrever, aliás, ou o tempo para amar.) Roubado a quê? Digamos, à obrigação de viver.” Para ele, “a questão não é de saber se tenho tempo para ler ou não (tempo que, aliás, ninguém me dará), mas se me ofereço ou não à felicidade de ser leitor”.

O autor estabelece uma lista de dez “direitos do leitor”, que começa justamente com “o direito de não ler”, e avalia: “Tem aqueles que nunca leram e têm vergonha, os que não têm mais tempo de ler e que cultivam o remorso, há os que não lêem romances, só livros *úteis*, ensaios, obras técnicas, biografias, livros de história, há os que lêem tudo e não importa o quê, os que ‘devoram’ e têm olhos que brilham, há os que só lêem os clássicos, meu senhor, ‘porque não há melhor crítica do que a peneira do tempo’, os que passam a sua maturidade a ‘reler’ e aqueles que leram o último livro tal



Nazistas queimam livros, em 1933

e o último tal outro, porque é preciso, o senhor sabe, estar atualizado... Mas todos, todos, em nome da necessidade de ler.”

O argentino Alberto Manguel, autor de *Uma história da leitura* (Companhia das Letras), chega a afirmar que “uma sociedade pode existir – existem muitas, de fato – sem escrever, mas nenhuma sociedade pode existir sem ler”. E justifica:

“Ler as letras de uma página é apenas um de seus muito disfarces. O astrônomo lendo um mapa

de estrelas que não existem mais; o arquiteto japonês lendo a terra sobre a qual será erguida uma casa, de modo a protegê-la das forças malignas; o zoólogo lendo os rastros de animais na floresta; o jogador lendo os gestos do parceiro antes de jogar a carta vencedora; a dançarina lendo as notações do coreógrafo e o público lendo os movimentos da dançarina no palco; o tecelão lendo o desenho intrincado de um tapete sendo tecido; o organista lendo várias linhas

musicais simultâneas orquestradas na página; os pais lendo no rosto do bebê sinais de alegria, medo ou admiração; o adivinho chinês lendo as marcas antigas na carapaça de uma tartaruga; o amante lendo cegamente o corpo amado à noite, sob os lençóis; o psiquiatra ajudando os pacientes a ler seus sonhos perturbadores; o pescador havaiano lendo as correntes do oceano ao mergulhar a mão na água; o agricultor lendo o tempo no céu – todos eles compartilham com os leitores de livros a arte de decifrar e traduzir signos”.

Nestes tempos em que há uma verdadeira ofensiva *contra* o ato de ler (é perda de tempo, é *chato*, é coisa de intelectuais...), ofensiva que coincide com as tentativas de desqualificar (ou chamar de dinossauros) todos os que buscam atuar de maneira consciente para transformar a realidade hostil ao ser humano desta “era globalizada”, convém lembrar o desabafo de Marx, numa reunião da Associação Internacional dos Trabalhadores, quando se discutia a necessidade dos operários estudarem os fundamentos da sociedade capitalista e da proposta socialista. Esmurrando a mesa, Marx bradou: “A ignorância não ajuda a ninguém!”

A descoberta da escrita ...para sempre!

Trecho de *Como um romance*:
No começo, ele sentiu um entusiasmo verdadeiro.

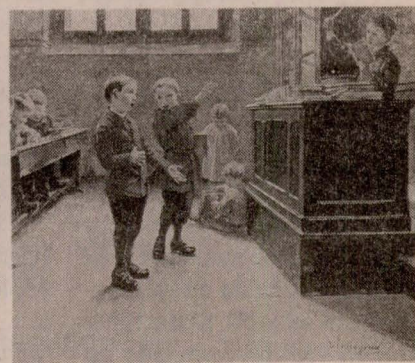
Que todos aqueles pauzinhos, laços, curvas, redondos e pontezinhas juntos formassem letras, era bonito! E que aquelas letras juntas dessem em sílabas, e que as sílabas, lado a lado, fossem palavras, ele nem acreditava. E que certas palavras lhe fossem familiares, era mágico!

Mamãe, por exemplo, *mamãe*, três pontezinhas, um redondo, uma curva, outra vez três pontezinhas, outros redondos e curvas, mais uma nuvem em cima e o resultado: *mamãe*. Como se recuperar desse deslumbramento? ... Esse grito de alegria celebra o resultado da mais gigantesca viagem intelectual que se possa conceber, uma espécie de primeiro passo na lua, a passagem da mais total arbitrariedade gráfica à satisfação mais carrega-

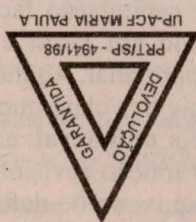
da de emoção! Pontezinhas, curvas, redondos, nuvem leve... e mamãe! Está escrito lá, diante de seus olhos, mas é dentro dele que a coisa explode! Aquilo não é uma combinação de sílabas, não é palavra, não é um conceito, não é *uma* mamãe, é *a sua* mamãe, *a dele*, uma transmutação mágica, que fala infinitamente mais do que a mais fiel das fotografias. Nada mais do que uns redondos, umas pontezinhas... mas que de repente – e para sempre – deixaram de ser eles mesmos, de serem nada, para se tornarem essa presença, essa voz, esse perfume, essa mão, esse corpo, essa infinidade de detalhes, esse todo, tão intimamente absoluto e tão absolutamente estranho ao que está traçado ali, sobre os trilhos da página, entre as quatro paredes da sala...

A pedra filosofal.

Daniel Pennac
COMO
UM ROMANCE



Nem mais nem menos.
Ele acaba de descobrir a pedra filosofal.



IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA